

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em 31
de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	8
Balancos patrimoniais	12
Demonstrações do resultado	13
Demonstrações do resultado abrangente	14
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	18

Relatório da Administração

Quem somos

Iniciamos nossa jornada em 1979 com um propósito muito claro: prover saúde e bem-estar para cada um de nossos clientes, oferecendo excelência em hortifruti e produtos frescos. Nossas raízes são de Minas Gerais, e temos orgulho em dizer que a simplicidade e o respeito são pilares essenciais da nossa Companhia. Em 1984, demos um passo importante na nossa história e expandimos nossa operação para a cidade de Campinas, no interior do estado de São Paulo. Em 1992, abrimos a primeira loja em Brasília no Distrito Federal e, em 1995 chegamos à cidade de São Paulo.

Desde a entrada da Crescera Capital como sócia no final de 2017, o Oba Hortifruti (“Companhia” e/ou “Oba”), razão social Grupo Fartura de Hortifrut S.A., passa por um processo de crescimento acelerado, focando na profissionalização e governança da Companhia. Em 2018, apenas um ano depois do início desta parceria, rompemos a barreira de R\$ 1 bilhão de receita líquida, e sabemos que podemos ir muito mais longe.

Posicionamos nos como uma rede varejista especializada em alimentos perecíveis frescos, onde nosso sucesso e crescimento estão apoiados em 3 pilares estratégicos: Experiência de Compra Única, Excelência Operacional e Preocupação com o Produto. Nossa cultura e nosso “jeito Oba de Ser” são fundamentais para executarmos com maestria essa estratégia e nos diferenciarmos no mercado.

Em um mundo cada vez mais digital onde os clientes são heterogêneos e imprevisíveis, sabemos que nosso sucesso e crescimento somente serão possíveis com um posicionamento muito claro e com um serviço que proporcione encantamento do cliente em toda e qualquer interação, onde, quando e como ele quiser.

No competitivo mundo do varejo e dos negócios, tão importante quanto saber quem você é, é saber quem você não é. Nós não somos supermercado. Somos Oba Hortifruti.

Principais Indicadores Financeiros e Operacionais

O ano 2023 ficou marcado pela consolidação dos nossos bons resultados, apesar de todo desafio macroeconômico. Seguimos firme com o nosso projeto de forte crescimento nas vendas, impulsionado pela expansão e maturação do seu quadro de lojas e aceleração da participação dos canais digitais.

Em 31 de dezembro de 2023, operamos com 71 lojas, 2 centros de distribuição e 1 frigorífico próprio.

A tabela a seguir apresenta uma seleção de informações financeiras e operacionais derivadas das nossas informações contábeis intermediárias, consolidadas, para os períodos indicados:

	12M23	12M22	Var (%)
Receita Bruta	2.887	2.539	13,7%
Receita Líquida	2.647	2.331	13,6%
Lucro bruto	1.087	947	14,8%
Margem Bruta	41,1%	40,6%	0,4 p.p.
EBITDA ⁽¹⁾	273	247	10,4%
Margem EBITDA ⁽²⁾	10,3%	10,6%	(0,3) p.p.
EBITDA Ajustado ⁽³⁾	297	248	20,1%
Margem EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	11,2%	10,6%	0,6 p.p.
Lucro Líquido	346	34,5	904,4%
Margem Líquida	13,1%	1,5%	11,6 p.p.
Dívida Líquida ⁽⁵⁾	330,4	387,3	
Dívida Líquida sobre EBITDA Ajustado	1,1x	1,6x	
Receita Líquida Total	2.648	2.331	13,6%
Receita Líquida Canal Físico ⁽⁶⁾	2.506	2.207	13,5%
Receita Líquida Canais Digitais ⁽⁷⁾	142	124	14,5%
Share da Venda Digital	5,4%	5,3%	0,0 p.p.
Vendas Mesmas Lojas (Bruta)	2.738	2.496	9,7%
Vendas Mesmas Lojas (Líquida)	2.510	2.292	9,5%
Números de Lojas	71	72	-1,4%
São Paulo Capital	30	30	0,0%
São Paulo Interior	16	17	-5,9%
Campinas	12	12	0,0%
Distrito Federal	11	11	0,0%
Goiânia	2	2	0,0%

(1) O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM nº 527/12. O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da Companhia em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, conciliada com nossas demonstrações financeiras. O EBITDA consiste no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização.

(2) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.

3) O EBITDA Ajustado consiste no EBITDA de um exercício ajustado para excluir ou adicionar efeitos do mesmo exercício, conforme aplicável. O EBITDA Ajustado é calculado a partir do EBITDA adicionado a rubrica de “Outras receitas (despesas) líquidas”. O EBITDA Ajustado e a margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, não representam o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não devem ser consideradas como alternativa ao lucro líquido, ao fluxo de caixa operacional, assim como não devem ser consideradas como indicador de desempenho operacional ou alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia.

(4) A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida.

(5) A dívida líquida consiste no endividamento bancário bruto adicionado do “Caixa e equivalentes de caixa” e das “Aplicações financeiras”.

(6) Venda originadas por clientes dentro das lojas físicas.

(7) Vendas originadas por clientes por aplicativos e telefone. Inclui as modalidades de Delivery, onde o cliente recebe a mercadoria em casa, ou ‘Click-and-Collect’, onde o cliente origina a compra pelos canais digitais e retira a mercadoria na loja.

Receita líquida

Receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023 foi de R\$ 2.647 milhões comparativamente a R\$ 2.331 milhões em 2022, o que representou um aumento de R\$ 316 milhões ou 13,6%. Alguns fatores são preponderantes nesse resultado: (i) alavancagem no número de clientes e ticket médio, tanto em lojas maduras quanto em lojas em maturação ; (ii) estratégia de mix de produtos e maior intensidade promocional nas principais categorias; (iii) maturação e ganho de escala das ações de CRM; (iv) maior participação do modelo “Farm” no parque de lojas, que possui capacidade de oferecer uma experiência mais completa aos nossos consumidores; e (v) expansão das iniciativas digitais com parcerias na operação Marketplace Out, pelo início da operação com os parceiros Magazine Luiza, Amazon e Uber Eats.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 1.087 milhões (R\$ 947 milhões em 2022), o que representou um aumento de R\$ 140 milhões ou 14,8%. Além de toda contribuição do maior volume de vendas, fruto das ações listadas acima, que incrementaram frequência de compra e volume da cesta dos clientes, alguns fatores merecem destaque: (i) gestão de mix, precificação e ofertas, que minimizaram os efeitos da pressão inflacionária sobre as margens; (iii) maior intensidade comercial, com parcerias com os fornecedores nas ações promocionais e recomposição de margens; e (iv) avanços significativos na gestão de portfólio, com evolução no mix desenvolvido nas centrais de produção da Companhia (frigorífico e frios), incrementando geração de caixa.

Despesas com vendas e distribuição

Despesas com vendas e distribuição no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 alcançaram R\$ 750 milhões comparativamente aos R\$ 707 milhões em 2022, representando um aumento de R\$ 43 milhões ou 6,1%. Este aumento é atribuído substancialmente: (i) ao crescimento proporcional das vendas e a maturação das nossas novas lojas, cuja margem de contribuição é menor; (ii) potencializado pela forte inflação do período, e (iii) maiores investimentos em Marketing para alavancagem das ações comerciais da Companhia. Despesas com vendas e distribuição representaram 28,3% e 30,3% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas

Despesas gerais e administrativas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 alcançaram R\$ 172 milhões, comparativamente aos R\$ 115 milhões em 2022, representando um aumento de R\$ 57 milhões ou 49,6%.

Este aumento de 1,6 pontos percentuais (de 6,5% para 4,9% da receita líquida em 2023) é atribuído substancialmente na melhora dos nossos recursos corporativos e tecnológicos para suprir a nossa estratégia de crescimento do nosso canal físico e digital.

Outras receitas (despesas) líquidas

Outras receitas (despesas) líquidas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$ 24 milhões comparativamente a (R\$ 0,7 milhões) em 2022, o que representou um aumento de R\$ 23 milhões ou 3346% de despesas líquidas. Este aumento decorre principalmente das despesas pré-operacionais para a reestruturação do parque de lojas e abertura de novo centro de distribuição que será fundamental para o crescimento da Companhia. Outras receitas (despesas) líquidas representaram 0,9% e 0,0% da receita líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

EBITDA e EBITDA Ajustado

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, o EBITDA foi de R\$ 273 milhões comparativamente a R\$ 247 milhões em 2022, o que representou um aumento de 10,4%. As margens EBITDA atingiram 10,3% e 10,6%, respectivamente em 2023 e 2022. Ajustando efeitos não recorrentes do resultado, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 296 milhões comparativamente a R\$ 248 milhões no mesmo período de 2022, o que representou um aumento de 19,7%, com margens EBITDA Ajustado de 11,2% e 10,6%, nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Lucro líquido

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido foi de R\$ 346 milhões comparativamente a R\$ 34,5 milhões do mesmo exercício de 2022, o que representou um aumento de 904,4%, muito impactado pelo forte resultado operacional apresentado e pelo reconhecimento do ativo fiscal diferido decorrentes do prejuízo fiscal e base negativa gerada pela exclusão dos incentivos e benefícios fiscais de ICMS relacionados às subvenções para investimento suportados pela opinião legal dos assessores jurídicos da Companhia.

(Em milhões de reais)	12M23	12M22
Resultado líquido do exercício	346,0	34,5
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	(291,5)	(3,3)
(+) Resultado financeiro, líquido	87,4	94,0
(+) Depreciação e amortização	41,1	35,9
(+) Depreciação do ativo de direito de uso (nota 16.a)	89,5	85,9
EBITDA	273	247
Margem EBITDA	10,3%	10,6%
(+) Despesa pré operacional ¹	10,9	9,2
(+) Despesas de Reestruturação ²	5,4	1,1
(-) Processo INSS	(9,7)	-
(-) Outras (receitas) despesas	17,4	(8,9)
(-) (Receita) despesa na alienação de bens permanentes	(0,2)	(0,7)
EBITDA Ajustado	297	248
Receita líquida	2.647	2.331
Margem EBITDA Ajustado	11,2%	10,6%

(1) Refere-se a despesas que ocorrem antes da abertura das novas lojas e CD (pré-operação), tais como as taxas de abertura, contratação de pessoal e comunicação visual das lojas entre outras.

(2) Refere-se a gastos com reestruturação organizacional do Grupo, como consultorias, readequações logísticas, rescisão de pessoal que abrange todas as áreas operacionais e administrativas.

Audidores independentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. ("Companhia") foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG"). A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor que consistem em: a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; b) não exercer funções gerenciais; e c) não advogar pela Companhia ou prestar qualquer serviço que possa ser considerado proibidos pelas normas vigentes.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores do
Grupo Fartura de Hortifrut S.A.
Campinas – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Grupo Fartura de Hortifrut S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Grupo Fartura de Hortifrut S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa

Veja as Notas 7.b e 26.C (ii) das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui alíquotas reduzidas e isenções referentes ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) devido a subvenções de investimento para suas operações. No encerramento do exercício, a Companhia reconheceu o benefício concedido dos últimos cinco anos como exclusão em sua apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social (CSLL), gerando uma base fiscal de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no exercício.</p> <p>O reconhecimento de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social envolve julgamento e estimativa da Companhia na projeção dos lucros tributáveis futuros que estarão disponíveis para a compensação do referido ativo fiscal diferido.</p> <p>Devido à complexidade e o julgamento envolvido na aplicação do método e escolha das premissas usadas na determinação da projeção dos lucros tributáveis futuros utilizados como base para avaliação da recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Com o auxílio de nossos especialistas jurídicos avaliamos a documentação relativa ao suporte jurídico para a tratativa fiscal de reconhecimento da exclusão do benefício da subvenção em sua totalidade no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, fornecido pela Companhia;- Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas efetuamos a avaliação da aplicação do método e das premissas de lucro tributável futuro utilizadas na projeção da existência de lucros tributáveis futuros suficientes, comparando as premissas utilizadas com os dados disponíveis no mercado e efetuamos análise de sensibilidade no que tange às premissas e metodologia utilizadas, a fim de identificar divergências relevantes entre as avaliações;- Avaliação dos dados históricos que compunham os resultados fiscais utilizados como base para a projeção de resultado; e- Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o saldo de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa, assim como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.</p>

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do

Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 21 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027612/F



Juliana Biláchi
Contadora CRC 1SP254945/O-7

Grupo Fatura de Hortifrut S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022			31/12/2023	31/12/2022		
Caixa e equivalentes de caixa	9	93.884	51.673	94.843	52.083	Fornecedores	17	160.596	143.447	160.596	143.447
Aplicações financeiras	10	6.229	6.164	6.229	6.164	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	179.179	85.793	179.179	85.793
Instrumentos financeiros derivativos	28.d	9.102	2.570	9.102	2.570	Instrumentos financeiros derivativos	28.d	40.002	25.562	40.002	25.562
Contas a receber de clientes	11	199.163	164.126	199.163	164.126	Passivo de arrendamento	16.b	39.152	82.613	39.152	82.613
Estoques	12	182.502	168.406	182.502	168.406	Obrigações sociais e trabalhistas	19	79.292	63.849	80.635	64.874
Tributos a recuperar	13	49.306	44.909	49.315	44.916	Obrigações tributárias	20	17.647	12.438	17.746	12.499
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	9.703	-	9.703	Parcelamentos tributários		3.541	3.945	3.541	3.945
Outros créditos		7.736	3.016	7.974	3.130	Contas a pagar		13.913	13.939	13.913	13.941
Circulante		547.922	450.567	549.128	451.098	Outros passivos		646	1.463	649	1.469
						Circulante		533.968	433.049	535.413	434.143
Outros créditos		3.960	7.220	3.960	7.220						
Aplicações financeiras	10	-	10.795	-	10.795	Provisão para passivo a descoberto em controlada		187	499	-	-
Depósitos judiciais		25.908	13.819	25.908	13.819	Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	252.296	370.595	252.296	370.595
Imposto de renda e contribuição social di	26	344.993	54.332	344.995	54.334	Passivo de arrendamento	16.b	449.518	392.270	449.518	392.270
Tributos a recuperar	13	15.997	21.289	15.997	21.289	Parcelamentos tributários		915	2.958	915	2.958
Realizável a longo prazo		390.858	107.455	390.860	107.457	Provisão para processos judiciais	21	8.230	5.894	8.230	5.894
						Não circulante		711.146	772.216	710.959	771.717
Ativo de direito de uso	16.a	437.554	430.683	437.554	430.683						
Imobilizado	15	455.911	462.595	455.961	462.657	Total do passivo		1.245.114	1.205.265	1.246.372	1.205.860
Intangível		11.838	11.248	11.838	11.248						
Não circulante		1.296.161	1.011.981	1.296.213	1.012.045	Capital social	22.a	91.438	91.438	91.438	91.438
						Reservas de capital	22.b	20.000	20.000	20.000	20.000
						Outros resultados abrangentes	22.e	(3.800)	(5.461)	(3.800)	(5.461)
						Reservas de lucros	22.c	491.331	151.306	491.331	151.306
						Patrimônio líquido		598.969	257.283	598.969	257.283
Total do ativo		1.844.083	1.462.548	1.845.341	1.463.143	Total do passivo e patrimônio líquido		1.844.083	1.462.548	1.845.341	1.463.143

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas de vendas	23	2.647.090	2.331.191	2.647.090	2.331.187
Custos das vendas	24	(1.560.058)	(1.383.971)	(1.560.058)	(1.383.971)
Lucro bruto		1.087.032	947.220	1.087.032	947.216
Despesas com vendas e distribuição	24	(749.722)	(706.816)	(749.722)	(706.834)
Despesas gerais e administrativas	24	(167.303)	(109.882)	(171.735)	(114.826)
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	24	81	262	81	262
Outras receitas (despesas), líquidas	24	(23.564)	(775)	(23.742)	(689)
Resultado antes do resultado financeiro e equivalência patrimonial		146.524	130.009	141.914	125.129
Receitas financeiras	25	57.486	89.807	57.521	89.837
Despesas financeiras	25	(144.913)	(183.835)	(144.918)	(183.839)
Resultado financeiro, líquido		(87.427)	(94.028)	(87.397)	(94.002)
Equivalência patrimonial		(4.588)	(4.854)	-	-
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		54.509	31.127	54.517	31.127
Imposto de renda e contribuição social corrente	26	-	2.051	(8)	2.051
Imposto de renda e contribuição social diferido	26	291.516	1.274	291.516	1.274
Lucro líquido do exercício		346.025	34.452	346.025	34.452
Lucro atribuível à acionistas controladores		346.025	34.452	346.025	34.452
Lucro atribuível à acionistas não controladores		-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		346.025	34.452	346.025	34.452
Lucro básico por lote de mil ações no fim do exercício - R\$	27	124,42	12,39	124,42	12,39

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício		346.025	34.452	346.025	34.452
Outros resultados abrangentes a serem classificados para o resultado em períodos subsequentes					
Hedge de fluxo de caixa	22.g e 28.d	2.516	(8.274)	2.516	(8.274)
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	26.c	(855)	2.813	(855)	2.813
Resultado abrangente do exercício		<u>347.686</u>	<u>28.991</u>	<u>347.686</u>	<u>28.991</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital		Reservas de lucros				Outros resultados abrangente	Lucros acumulados	Patrimônio líquido total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de benefício fiscal de	Reserva de benefício fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	91.438	20.000	46.635	14.694	4.741	50.784	-	-	228.292
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	34.452	34.452
Destinação do lucro:									
Constituição da reserva legal	22.c e 22.f	-	-	-	1.723	-	-	(1.723)	-
Realização da reserva de benefício fiscal do ágio	22.d	-	-	(4.909)	-	-	-	4.909	-
Realização da reserva de benefício fiscal - subvenção fiscal	22.e	-	-	-	28.863	-	-	(28.863)	-
Hedge de Fluxo de Caixa	27.d	-	-	-	-	-	(8.274)	-	(8.274)
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	26.c	-	-	-	-	-	2.813	-	2.813
Reserva de retenção de lucros	22.c	-	-	-	-	8.775	-	(8.775)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	91.438	20.000	41.726	43.557	6.464	59.559	(5.461)	-	257.283
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	346.025	346.025
Destinação do lucro:									
Constituição da reserva legal	22.c e 22.f	-	-	-	11.824	-	-	(11.824)	-
Distribuição de dividendos	22.e	-	-	-	-	(6.000)	-	-	(6.000)
Realização da reserva de benefício fiscal do ágio	22.d	-	-	(4.909)	-	-	-	4.909	-
Realização da reserva de benefício fiscal - subvenção fiscal	22.e	-	-	-	339.110	-	-	(339.110)	-
Hedge de fluxo de caixa	27.d	-	-	-	-	-	2.516	-	2.516
Efeito tributário sobre o hedge de fluxo de caixa	26.c	-	-	-	-	-	(855)	-	(855)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	91.438	20.000	36.817	382.667	18.288	53.559	(3.800)	-	598.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		54.509	31.127	54.517	31.127
Ajustes					
Depreciação e amortização	24	41.082	35.858	41.094	35.860
Depreciação do arrendamento mercantil	16.a/ 24	89.547	85.850	89.547	85.850
Juros apropriados do passivo de arrendamento	16.b/ 25	39.364	38.547	39.364	38.547
Resultado de equivalência patrimonial		4.588	4.854	-	-
Baixa de ativo imobilizado e intangível	15	48.222	1.628	48.222	1.630
Baixa - transferência controlada		-	64	-	-
Baixa de arrendamento	16	(2.239)	(12.331)	(2.239)	(12.331)
Provisão para processos judiciais	21	(42.832)	12.726	(42.832)	12.726
Constituição (reversão) de perdas estimadas de estoques	12	15.316	(490)	15.316	(490)
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	11 e 24	(81)	(260)	(81)	(260)
Juros provisionados, variação cambial, amortização do custo de transação de empréstimos e financiamentos, atualização monetária e rendimentos financeiros		44.532	42.763	44.532	42.763
Instrumentos financeiros derivativos	28.d	20.753	32.038	20.753	32.038
Provisão para bônus	19	23.358	15.582	24.129	16.132
		336.119	287.956	332.322	283.592
Variações dos ativos e passivos					
Contas a receber de clientes		(34.956)	(34.250)	(34.956)	(34.173)
Aplicações financeiras		11.453	-	11.453	-
Estoques		(29.412)	(9.077)	(29.412)	(9.077)
Tributos a recuperar		895	(26.944)	893	(26.951)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		9.703	(168)	9.703	(168)
Depósitos judiciais		34.666	(16.002)	34.666	(16.002)
Outros créditos		(1.460)	1.270	(1.584)	1.156
Contas a receber de partes relacionadas		-	1.036	-	-
Fornecedores		19.925	21.034	19.925	21.013
Contas a pagar		(26)	2.019	(28)	2.013
Obrigações sociais e trabalhistas		(7.915)	(1.612)	(8.368)	(1.254)
Obrigações tributárias		2.762	(1.415)	2.800	(1.378)
Pagamentos de processos judiciais	21	(1.587)	(1.260)	(1.587)	(1.260)
Outros passivos		(817)	776	(820)	780
Caixa gerado pelas operações		339.350	223.363	335.007	218.291
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(3.739)	(8)	(3.739)
Juros pagos no empréstimos, financiamentos e debêntures, e passivo de arrendamento	16.b, 18	(87.200)	(90.827)	(87.200)	(90.827)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		252.150	128.797	247.799	123.725
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(85.577)	(62.665)	(85.577)	(62.667)
Aporte de capital em investida		(4.900)	(5.390)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(90.477)	(68.055)	(85.577)	(62.667)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos pagos no exercício	22.f	(6.000)	(1.501)	(6.000)	(1.501)
Pagamento de arrendamento mercantil	16.b	(80.392)	(64.464)	(80.392)	(64.464)
Pagamento do principal de empréstimos e financiamentos e debêntures	18	(82.741)	(198.309)	(82.741)	(198.309)
Captação de empréstimos	18	60.000	-	60.000	-
Custo de transação de empréstimos		-	(200)	-	(200)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos	28.d	(10.329)	(21.141)	(10.329)	(21.141)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(119.462)	(285.615)	(119.462)	(285.615)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		42.211	(224.873)	42.760	(224.557)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		51.673	276.546	52.083	276.640
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		93.884	51.673	94.843	52.083
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		42.211	(224.873)	42.760	(224.557)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo Fartura de Hortifrut S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas				
Receita de serviços	2.002	1.029	2.002	1.029
Receitas de vendas	2.720.185	2.396.878	2.720.185	2.396.875
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	80	262	80	262
	2.722.267	2.398.169	2.722.267	2.398.166
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(1.473.545)	(1.330.166)	(1.473.545)	(1.330.237)
Materiais, energia, serviço de terceiros e outros	(372.401)	(314.123)	(372.407)	(314.486)
Perda e recuperação de valores ativos	2.056	13.010	2.056	13.010
Valor adicionado bruto	878.377	766.890	878.371	766.453
Depreciação e amortização	(130.629)	(121.708)	(130.641)	(121.710)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	747.748	645.182	747.730	644.743
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	60.406	92.914	60.441	92.944
Resultado de equivalência patrimonial	(4.589)	(4.854)	-	-
Outros	(54.899)	(1.860)	(55.077)	(1.773)
Valor adicionado total a distribuir	748.666	731.382	753.094	735.914
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	369.896	351.241	373.682	355.127
Remuneração direta	325.601	307.168	328.981	310.691
Benefícios	20.652	22.301	20.854	22.448
FGTS	23.643	21.772	23.847	21.988
Impostos, taxas e contribuições	(133.933)	132.651	(133.296)	133.294
Federais	(165.251)	102.084	(164.614)	102.727
Estaduais	20.478	20.206	20.478	20.206
Municipais	10.840	10.361	10.840	10.361
Remuneração de capitais de terceiros	166.678	213.038	166.683	213.041
Juros	144.138	181.903	144.143	181.907
Aluguéis	17.600	25.464	17.600	25.463
Outras	4.940	5.671	4.940	5.671
Remuneração de capitais próprios	346.025	34.452	346.025	34.452
Constituição da reserva legal	11.824	1.723	11.824	1.723
Realização da reserva de benefício fiscal do ágio	(4.909)	(4.909)	(4.909)	(4.909)
Realização da reserva de benefício fiscal - subvenção fiscal	339.110	28.863	339.110	28.863
Reserva de retenção de lucros	-	8.775	-	8.775
Valor adicionado distribuído	748.666	731.382	753.094	735.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

O Grupo Fartura de Hortifrut S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, constituída e com início de suas atividades operacionais no ano de 2002, com sede na Avenida Comendador Aladino Selmi, 2502 – Galpão 5, Parque Cidade Campinas, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, abrangem a Companhia e sua subsidiária (conjuntamente referidas como “Grupo”). O Grupo tem como atividade principal o comércio varejista de produtos alimentícios e opera através de unidades comerciais localizadas nos estados de São Paulo, Goiás e no Distrito Federal, bem como por canais digitais.

2 Relação de entidades controladas

Segue abaixo a relação da entidade controlada pela Companhia:

Controlada	Participação em 31 de dezembro de 2023 (%)	Participação em 31 de dezembro de 2022 (%)
Fresh Labs Ltda.	100,00	100,00

a. Fresh Labs Ltda

A controlada Fresh Labs Ltda (“Fresh Labs”), foi constituída em 03 de novembro de 2021, sem início das atividades até a data de publicação deste balanço. A controlada tem sede na cidade de Campinas – São Paulo, tendo como atividade principal “intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários”.

3 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais da controladora e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2024. Após a sua emissão, os acionistas devem aprovar quaisquer mudanças subsequentes nas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2023 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 21** - reconhecimento e mensuração de provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa 26** – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

b. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa 28** - instrumentos financeiros.

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

7 Políticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Além disso, o Grupo adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas.

a. Base de consolidação

Controlada

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c. Reconhecimento de receita de contrato com cliente

Receita de vendas de mercadorias

As receitas são provenientes basicamente das vendas de produtos de varejo. Portanto, a receita da venda dos produtos no comércio varejista, diretamente ao consumidor final, é reconhecida no momento efetivo da venda, que é substancialmente o momento que a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando os produtos são entregues.

As vendas direto ao consumidor permitem ao cliente devolver os produtos. Portanto, de acordo com o CPC 47/ IFRS 15 – Receitas de contratos de clientes, o valor da receita reconhecida deve ser ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido devem ser reconhecidos. A Administração avaliou as devoluções esperadas e identificou um valor imaterial e, portanto, não estão refletidas nessas demonstrações financeiras.

d. Benefícios a empregados

Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada.

A participação no resultado tem como base o atingimento de meta de receita e resultado alcançados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

a. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- receita de juros;
- despesa de juros;
- ganhos/perdas líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (“VJR”);
- ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

b. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recuperados, que refletem as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

c. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) custo da mercadoria; e (iii) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas para perdas, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

d. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

e. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR;

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o Método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de Hedge Accounting*

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para reduzir a variabilidade dos fluxos de caixa futuros referentes aos pagamentos de juros e principal de empréstimos, em moeda estrangeira. Esse objetivo é consistente as estratégias de gestão de risco do Grupo, que busca a convergência de seu custo de captação para o Certificados de Depósito Interbancário (CDI). Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos. Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado. O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira. No início das relações de hedge designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

f. Redução ao valor recuperável (Impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

O Grupo reconhece perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

O Grupo está inserido no segmento de hortifrutigranjeiros e os recebimentos pelas vendas de produtos são valores em espécie ou através de administradoras de cartões de débitos e créditos.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes (incluindo recebíveis de arrendamentos) e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. A provisão para perdas é apresentada em linha separada na demonstração de resultado do Grupo (Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2) /IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, o Grupo optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. Geralmente, o Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em rubricas específicas no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

h. Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

i. Provisões para processos judiciais

Uma provisão de contingências é reconhecida quando, por resultado de eventos passados, há uma obrigação presente provável de uma saída de recurso. No caso de passivo contingente, isto é uma obrigação possível que resulte de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle do Grupo, apenas a divulgação em suas demonstrações financeiras é efetuada.

j. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado.

8 Normas e interpretações efetivas e ainda não efetivas

(i) Normas e interpretações efetivas

a. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação*

O Grupo adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, por exemplo arrendamentos. Para arrendamentos, o Grupo deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data.

Para todas as outras transações, uma entidade aplicam as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado.

O Grupo contabilizou anteriormente o imposto diferido sobre arrendamentos aplicando a abordagem "integralmente vinculada", resultando em um resultado semelhante ao das alterações, com exceção ao ativo ou passivo fiscal diferido que foi reconhecido em uma base líquida. Após as alterações, o Grupo reconheceu um ativo fiscal diferido separado em relação a seus passivos de arrendamento e um passivo fiscal diferido em relação a seus ativos de direito de uso. No entanto, não houve impacto no balanço patrimonial pois os saldos se qualificam para compensação de acordo com o parágrafo 74 do CPC 32/IAS 12. Também não houve impacto sobre os lucros, prejuízos acumulados de abertura em 1º de janeiro de 2022 como resultado da alteração. O principal impacto para o Grupo está relacionado à divulgação dos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na nota explicativa 27.c.

b. *Informação de políticas contábeis materiais*

O Grupo também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na Nota 7 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

(ii) Normas e interpretações ainda não efetivadas

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros.

As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado nas notas 18 e 25, o Grupo tem um empréstimo bancário com garantia e títulos conversíveis que estão sujeitos a covenants específicos. Embora ambos os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de dezembro de 2023, uma futura quebra dos covenants específicos, pode exigir que o Grupo liquide os passivos antes das datas de vencimento contratuais.

O Grupo está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

b. Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7);
- Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

9 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	3.306	2.063	3.307	2.063
Bancos conta movimento	1.229	10.030	1.249	10.440
Numerários em trânsito	68	170	70	170
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	89.281	39.410	90.217	39.410
	93.884	51.673	94.843	52.083

- (i) As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas que são títulos emitidos pelas instituições financeiras, cujos rendimentos estão atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário com média de rentabilidade entre 91% à 104% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (75% e 103,6% do CDI em 31 de dezembro de 2022), e possuem liquidez imediata. As receitas geradas por estes investimentos são registradas como receita financeira.

10 Aplicações financeiras

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Títulos de capitalização	-	500
BR Renda Fixa CP Corporate Ágil (i)	6.229	5.664
CDB Pré-Fixado (ii)	-	10.795
	6.229	16.959
Ativo circulante	6.229	6.164
Ativo não circulante	-	10.795

- (i) O Grupo apresenta aplicações financeiras em fundos de investimento com o Banco do Brasil que corresponde a porção mínima de 5,00% de garantia do financiamento obtido junto ao mesmo, conforme detalhado na nota explicativa 18.g. A aplicação apresentou uma remuneração acumulada em 31 de dezembro de 2023 de 12,6167% (31 de dezembro de 2022 de 11,8484%).
- (ii) O Grupo mantinha aplicações financeiras com taxa pré-fixadas em 6,50% a.a. com o Banco Santander até maio de 2023, quando houve o resgate e nova aplicação em CDB com taxa de 82% do CDI.

11 Contas a receber de clientes

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Duplicatas e cheques a receber	535	513
Duplicatas a receber com partes relacionadas (Nota 14)	487	337
Outras contas a receber	8.556	7.241
Administradoras de cartão	189.618	156.149
Sub-total	199.196	164.240
(-) Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(33)	(114)
Total	199.163	164.126

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada classe de contas a receber.

As operações com administradores de cartão são registradas líquidas das comissões pagas às respectivas administradoras, registradas nas demonstrações do resultado como despesas com vendas e distribuição.

O Grupo reconhece a perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber após análise individualizada dos clientes. Além disso, o Grupo tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 90 dias cujo recebimento não líquido é certo, exceto para o contas a receber com partes relacionadas. O saldo vencido a mais de 90 dias demonstrado no *aging list* abaixo e não constituídos referem-se principalmente aos saldos a receber com partes relacionadas, a qual Administração avalia que são recuperáveis e nenhuma estimativa de perda foi necessária.

O Grupo possui perdas estimadas de crédito no montante de R\$ 33 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 114 em 31 de dezembro de 2022), controladora e consolidado, conforme movimentação a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	114	374
Perdas por redução ao valor recuperável do exercício	34	50
Baixa do contas a receber	(115)	(310)
Saldo final em 31 de dezembro	33	114

Abaixo segue o *aging list* do contas a receber de clientes e outras contas a receber:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	191.512	163.731
Vencidos:		
30 dias (a)	7.511	241
60 dias	56	109
90 dias	30	24
120 dias	10	8
180 dias	63	20
Acima de 180 dias	14	107
Total	199.196	164.240

- (a) O aumento no grupo de “Até 30 dias” apresentado no *aging list* acima, decorre de a data de vencimento ter caído no final de semana, transferindo o pagamento para o primeiro dia útil subsequente.

12 Estoques

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Mercadorias para revenda	162.633	145.320
Material de embalagem e uso e consumo	5.360	13.784
Importação em andamento	10.012	4.158
Almoxarifado	4.497	5.144
	182.502	168.406

As perdas estimadas de estoques foram realizadas de acordo com percentual de perda histórica aplicado sobre os saldos em aberto. A perda líquida constituída nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no exercício foi de R\$ 10.348 (R\$ 1.062 em 31 de dezembro de 2022) e foi aplicada aos estoques de mercadorias para revenda, conforme apresentada a seguir:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	1.062	1552
Constituição	15.316	9.799
Reversão da perda	(6.030)	(10.289)
Saldo final em 31 de dezembro	10.348	1.062

13 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (a)	23.566	31.496	23.566	31.496
PIS e COFINS a recuperar (a)	30.694	31.198	30.694	31.198
INSS a recuperar	4.124	-	4.124	-
Outros	6.919	3.504	6.928	3.511
	65.303	66.198	65.312	66.205
Ativo circulante	49.306	44.909	49.315	44.916
Ativo não circulante (b)	15.997	21.289	15.997	21.289

- (a) O valor corresponde a créditos tributários extemporâneos de ICMS, PIS, COFINS, onde serão compensados com impostos a pagar. Os demais saldos correspondentes ao ICMS registrados nessa rubrica são decorrentes da operação do Grupo, bem como o crédito de PIS e COFINS oriundo da exclusão de ICMS.
- (b) O valor correspondente a longo prazo refere-se majoritariamente aos avos de ICMS a recuperar incidentes sobre compra de ativo imobilizado, bem como aos créditos extemporâneos de PIS e COFINS, oriundo de compras de embalagens, produtos de vendas e serviços tomados.

14 Partes relacionadas

a. Controladora

(i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo

	Impacto nas contas patrimoniais					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Contas a receber (nota 11)	Passivo de arrendamento (nota 16.b)	Fornecedores (nota 17)	Contas a receber (nota 11)	Passivo de arrendamento (nota 16.b)	Fornecedores (nota 17)
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	(51.987)	-	-	(58.190)	-
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda (i)	-	(32.394)	-	-	(20.976)	-
Luiz Las Casas Alves (ii)	-	-	(1)	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	3	(84)	-	2	(107)	-
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	-	-	-	1	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	2	(533)	-	4	(651)	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	3	-	-	3	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	-	-	-	40	-	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	-	-	(264)
Mooça Administradora de Aluguéis Ltda. (i)	-	(27.188)	(384)	-	(25.127)	-
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	479	-	-	287	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	(36.816)	-	-	(36.604)	-
Alvees Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	-	(63.333)	-	-	-	-
Viana e Silva Ltda. (i)	-	-	(8)	-	-	-
	487	(212.335)	(393)	337	(141.655)	(264)

(ii) Contas do resultado

	Impacto no resultado							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Vendas de mercadorias	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros	Vendas de mercadorias	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros
Oba Gourmet Restaurantes Ltda. (ii)	-	-	-	-	38	-	-	-
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	10.589	-	-	-	12.810
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda (i)	-	7	-	3.546	-	-	-	1.514
Luiz Las Casas Alves (ii)	-	1	-	-	-	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	18	-	-	12	10	-	-	15
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	12	-	-	-	7	1	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	860	-	-	-	100	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	35	-	-	126	27	-	-	163
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	47	13	-	-	38	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	10	110	-	-	62	-	-	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	-	-	36	-	-
Mooca Administradora de Aluguéis Ltda. (i)	-	643	-	8.058	-	742	-	9.607
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	4.093	-	-	-	2.370	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	5.479	-	-	-	6.525
Alvees Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	-	-	-	2.577	-	-	-	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	-	12	-
	4.215	774	860	30.387	2.552	779	112	30.634

b. Consolidado

(i) Contas patrimoniais – Ativo e Passivo

Impacto nas contas patrimoniais					
31/12/2023			31/12/2022		
Contas a receber (nota 11)	Passivo de arrendamento (nota 16.b)	Fornecedores (nota 17)	Contas a receber (nota 11)	Passivo de arrendamento (nota 16.b)	Fornecedores (nota 17)
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	(51.987)	-	(58.190)	-
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda (i)	-	(32.394)	-	(20.976)	-
Luiz Las Casas Alves (ii)	-	-	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	3	(84)	2	(107)	-
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	-	-	1	-	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	2	(533)	4	(651)	-
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	3	-	3	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	-	-	40	-	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	-	(264)
Mooça Administradora de Aluguéis Ltda. (i)	-	(27.188)	-	(25.127)	-
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	479	-	287	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	(36.816)	-	(36.604)	-
Alvees Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	-	(63.333)	-	-	-
Viana e Silva Ltda. (i)	-	-	-	-	-
487	(212.335)	(393)	337	(141.655)	(264)

(ii) Contas de resultado

	Impacto no resultado							
	31/12/2023				31/12/2022			
	Vendas de mercadorias	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros	Vendas de mercadorias	Outros serviços	Compras de mercadorias	CPC 06 (R2) - Deprec. + juros
CRAL Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	-	-	-	10.589	-	-	-	12.810
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda (i)	-	7	-	3.546	-	-	-	1.514
Luiz Las Casas Alves (ii)	-	1	-	-	-	-	-	-
Alex Alves dos Santos de Brito (i) (ii)	18	-	-	12	10	-	-	15
Carlos Roberto Alves (i) (ii)	12	-	-	-	7	1	-	-
Comércio Atacadista de Frutas e Legumes Global Ltda ME (ii)	-	-	860	-	-	-	100	-
Raimundo Desiderio Alves Caetano (ii)	35	-	-	126	27	-	-	163
FCA Comércio de Alimentos Ltda. (i)	47	13	-	-	38	-	-	-
Jequitibá Comercial Agrícola Ltda. (ii)	10	110	-	-	62	-	-	-
Sevla Construtora e Incorporadora Ltda. (iii)	-	-	-	-	-	36	-	-
Mooça Administradora de Aluguéis Ltda. (i)	-	643	-	8.058	-	742	-	9.607
Super Varejão Caraca Ltda. (ii)	4.093	-	-	-	2.370	-	-	-
CR Alves Participações Ltda. (i)	-	-	-	5.479	-	-	-	6.525
Alvees Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)	-	-	-	2.577	-	-	-	-
Agrindoor Agropecuária Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	-	12	-
	4.215	774	860	30.387	2.514	779	112	30.634

c. Natureza das transações com partes relacionadas

- (i) Refere-se a saldo a pagar decorrente de contratos de aluguel (arrendamento mercantil) das lojas, cujo prazo de aluguel é de 5 a 10 anos, com pagamentos mensais. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo total do passivo de arrendamento é de R\$ 212.335 (R\$ 141.655 em 31 de dezembro de 2022);
- (ii) Refere-se a compra e venda de mercadorias, com prazo médio de pagamento e recebimento de 30 dias conforme demonstrado nas tabelas acima;
- (iii) Refere-se aos serviços prestados de engenharia para a construção das novas lojas e reformas nas lojas existentes conforme demonstrado nas tabelas acima.

As operações com partes relacionadas, apresentadas nos quadros acima são resultados principalmente de transações que a Companhia tem junto aos seus principais acionistas e suas controladoras mantém entre si e com outras entidades relacionadas, e foram registradas nos termos e condições citados acima acordado entre as partes.

d. Honorários dos profissionais chaves da Administração

O Grupo considera como “profissionais chaves da administração”, os integrantes da sua diretoria e conselho. A remuneração dos referidos profissionais, está composta por despesas que incluem salários, encargos sociais, pró-labore e bônus no montante de R\$ 16.233 (R\$ 12.352 em 31 de dezembro de 2022) nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

15 Imobilizado

a. Composição

Controladora

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Líquido		Líquido			
		Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022
Instalações comerciais	5	60.762	(19.760)	41.002	45.025	(16.670)	28.355
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	210.763	(64.601)	146.162	208.520	(49.692)	158.828
Veículos	10	23.435	(14.941)	8.494	21.136	(13.516)	7.620
Computadores e periféricos	19	14.447	(9.466)	4.981	13.777	(7.452)	6.325
Móveis e utensílios	7	53.494	(20.292)	33.202	41.624	(17.853)	23.771
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	260.501	(52.832)	207.669	264.006	(41.060)	222.946
Imobilizado em trânsito	-	2.342	-	2.342	4.546	-	4.546
Adiantamento para fornecedores	-	5.403	-	5.403	3.071	-	3.071
Capitalização de juros de empréstimos	4	8.327	(1.671)	6.656	7.907	(774)	7.133
		639.474	(183.563)	455.911	609.612	(147.017)	462.595

Consolidado

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Líquido					
		Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022
Instalações comerciais	5	60.762	(19.760)	41.002	45.025	(16.670)	28.355
Máquinas, equipamentos e ferramentas	7	210.763	(64.601)	146.162	208.520	(49.692)	158.828
Veículos	10	23.435	(14.941)	8.494	21.136	(13.516)	7.620
Computadores e periféricos	19	14.511	(9.480)	5.031	13.841	(7.454)	6.387
Móveis e utensílios	7	53.494	(20.292)	33.202	41.624	(17.853)	23.771
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4	260.501	(52.832)	207.669	264.006	(41.060)	222.946
Imobilizado em trânsito	-	2.342	-	2.342	4.546	-	4.546
Adiantamento para fornecedores	-	5.403	-	5.403	3.071	-	3.071
Capitalização de juros de empréstimos	4	8.327	(1.671)	6.656	7.907	(774)	7.133
		639.538	(183.577)	455.961	609.676	(147.019)	462.657

b. Movimentação

Controladora

	Saldo inicial 01/01/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 31/12/2023
Instalações comerciais	28.355	17.948	(4.056)	(1.245)	41.002
Máquinas, equipamentos e ferramentas	158.828	17.207	(14.278)	(15.595)	146.162
Veículos	7.620	2.991	(1.359)	(758)	8.494
Computadores e periféricos	6.325	2.166	(2.206)	(1.304)	4.981
Móveis e utensílios	23.771	13.945	(2.420)	(2.094)	33.202
Benfeitorias em propriedade de terceiros	222.946	23.889	(11.940)	(27.226)	207.669
Imobilizado em trânsito	4.546	1.639	-	(3.843)	2.342
Adiantamento para fornecedores	3.071	5.009	-	(2.677)	5.403
Capitalização de juros de empréstimos	7.133	420	(897)	-	6.656
	462.595	85.214	(37.156)	(54.742)	455.911

	Saldo inicial 01/01/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	Saldo Final 31/12/2022
Instalações comerciais	17.346	13.692	(2.683)	-	-	28.355
Máquinas, equipamentos e ferramentas	157.016	16.620	(14.808)	-	-	158.828
Veículos	8.797	984	(1.376)	(785)	-	7.620
Computadores e periféricos	5.491	2.946	(1.726)	(322)	(64)	6.325
Móveis e utensílios	20.718	5.776	(1.981)	(742)	-	23.771
Benfeitorias em propriedade de terceiros	211.799	23.449	(12.302)	-	-	222.946
Imobilizado em trânsito	20.347	-	-	(15.801)	-	4.546
Adiantamento para fornecedores	7.168	-	-	(4.097)	-	3.071
Capitalização de juros de empréstimos	3.511	4.396	(774)	-	-	7.133
	452.193	67.863	(35.650)	(21.747)	(64)	462.595

Consolidado

	Saldo inicial 01/01/2023	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 31/12/2023
Instalações comerciais	28.355	17.948	(4.056)	(1.245)	41.002
Máquinas, equipamentos e ferramentas	158.828	17.207	(14.278)	(15.595)	146.162
Veículos	7.620	2.991	(1.359)	(758)	8.494
Computadores e periféricos	6.387	2.166	(2.218)	(1.304)	5.031
Móveis e utensílios	23.771	13.945	(2.420)	(2.094)	33.202
Benfeitorias em propriedade de terceiros	222.946	23.889	(11.940)	(27.226)	207.669
Imobilizado em trânsito	4.546	1.639	-	(3.843)	2.342
Adiantamento para fornecedores	3.071	5.009	-	(2.677)	5.403
Capitalização de juros de empréstimos	7.133	420	(897)	-	6.656
	462.657	85.214	(37.168)	(54.742)	455.961

	Saldo inicial 01/01/2022	Adições	Depreciação	Baixas	Saldo Final 31/12/2022
Instalações comerciais	17.346	13.692	(2.683)	-	28.355
Máquinas, equipamentos e ferramentas	157.016	16.620	(14.808)	-	158.828
Veículos	8.797	984	(1.376)	(785)	7.620
Computadores e periféricos	5.491	2.946	(1.726)	(324)	6.387
Móveis e utensílios	20.718	5.776	(1.981)	(742)	23.771
Benfeitorias em propriedade de terceiros	211.799	23.449	(12.302)	-	222.946
Imobilizado em trânsito	20.347	-	-	(15.801)	4.546
Adiantamento para fornecedores	7.168	-	-	(4.097)	3.071
Capitalização de juros de empréstimos	3.511	4.396	(774)	-	7.133
	452.193	67.863	(35.650)	(21.749)	462.657

c. Garantias

O Grupo não possui bens dados em garantias em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

d. Teste por redução ao valor recuperável (*impairment*)

O Grupo não identificou indicativos que possam gerar dúvida de que os ativos imobilizados possam estar registrados por valor acima ao de sua recuperação.

16 Arrendamento mercantil

O Grupo registra os arrendamentos como ativo de direito de uso (ativo imobilizado) e o passivo de arrendamento no seu balanço patrimonial. O Grupo arrenda imóveis para instalações de lojas.

Esses arrendamentos possuem cláusula de opção de renovação após período de vigência. O Grupo avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Administração reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

a. Ativo de direito de uso (imóveis)

	Controlado ra e consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>347.080</u>
Novos contratos	197.684
Depreciação acumulada (Nota 24)	(85.850)
Baixas arrendamento	<u>(28.231)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>430.683</u>
Novos contratos	111.894
Depreciação acumulada (Nota 24)	(89.547)
Baixas arrendamento (Nota 24)	<u>(15.476)</u>
Saldo em 31 dezembro de 2023	<u>437.554</u>

b. Passivo de arrendamento

	Controlado ra e consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2022	<u>(382.225)</u>
Novos contratos	(197.684)
Juros apropriados (Nota 25)	(38.547)
Pagamentos – principal	64.464
Pagamentos – juros	38.547
Baixas arrendamento	<u>40.562</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(474.883)</u>
Novos contratos	(111.894)
Juros apropriados (Nota 25)	(39.364)
Pagamentos – principal	80.392
Pagamentos – juros	39.364
Baixas arrendamento (Nota 24)	<u>17.715</u>
Saldo em 31 dezembro de 2023	<u>(488.670)</u>
Circulante	39.152
Não circulante	449.518

A seguir apresentamos os montantes a pagar de arrendamento de longo prazo por ano de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2023:

Ano	31/12/2023
2025	69.769
2026	69.163
2027	64.449
2028	51.955
Acima de 2029	<u>194.182</u>
	<u><u>449.518</u></u>

O Grupo utilizou a taxa de média de desconto aplicada que variam de 6,23% a 15,38% a.a. (6,23% a 14,58% a.a. em 31 de dezembro de 2022) para os contratos firmados de arrendamento considerando o tempo do contrato, obtidas utilizando como critério a taxa incremental de captação para um novo financiamento com prazo e condições similares.

Resumo do passivo de arrendamento por contraparte

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	31/12/2023	31/12/2022
Partes relacionadas (nota 14)	(212.335)	(141.655)
Outros (a)	<u>(276.335)</u>	<u>(333.228)</u>
	<u><u>(488.670)</u></u>	<u><u>(474.883)</u></u>

- (a) Os montantes compostos por “outros” referem-se substancialmente a pessoas físicas ou jurídicas, considerando imobiliários ou empresas que possuem propriedades para investimentos. O Grupo não possui arrendamentos com instituições financeiras.

c. Fluxo com projeção de inflação (CVM)

Embora a metodologia contábil utilizada pela Companhia esteja em linha com a regra disposta no IFRS 16/CPC06(R2), ela gera distorções na informação a ser prestada devido ao descasamento entre fluxo de caixa e valor presente, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro.

Deste modo, a Companhia recalculou os valores do passivo de arrendamento, direito de uso, despesa financeira e despesa com depreciação do período total de vigência dos contratos ativos em 31 de dezembro de 2023, com base em um fluxo de caixa futuro que incorpora a expectativa inflacionária (fluxo nominal).

A tabela abaixo apresenta as diferenças entre a política contábil adotada pela Administração da Companhia (“Balço Patrimonial”) e os valores considerando os fluxos de caixa com a projeção da inflação (“Nota Explicativa”), conforme sugerido pelo Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019 (critério CVM), em 31 de dezembro de 2023.

	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037
Passivo de arrendamento															
IFRS 16 / CPC 06(R2) trazidos a valor presente	327.346	255.596	189.245	134.322	92.082	61.601	40.623	27.132	15.712	9.388	7.090	4.653	2.115	467	
Fluxo com projeção de inflação (CVM)	331.323	258.464	191.243	135.674	92.976	62.181	40.993	27.363	15.849	9.471	7.142	4.680	2.125	469	
Varição	1,2%	1,1%	1,1%	1,0%	1,0%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,7%	0,6%	0,5%	0,4%	0,0%
Direito de uso líquido - saldo final															
Contábil - IFRS 16 / CPC 06(R2)	342.301	181.013	139.230	99.705	68.948	46.525	30.985	20.847	11.940	7.051	5.437	3.647	1.700	390	
Fluxo com projeção de inflação (CVM)	384.783	229.537	174.613	124.691	86.255	58.298	38.861	25.996	14.955	8.883	6.717	4.425	2.041	456	
Varição	12,4%	26,8%	25,4%	25,1%	25,1%	25,3%	25,4%	24,7%	25,3%	26,0%	23,5%	21,3%	20,1%	17,0%	0,0%
Despesa financeira															
Contábil - IFRS 16 / CPC 06(R2)	-	7.676	6.969	5.669	4.378	3.322	2.451	1.770	1.498	829	341	339	333	220	64
Fluxo com projeção de inflação (CVM)	-	7.705	6.995	5.691	4.395	3.335	2.461	1.777	1.503	832	343	341	334	221	64
Varição		0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%
Despesa de depreciação															
Contábil - IFRS 16 / CPC 06(R2)	-	76.647	64.775	53.103	40.825	29.760	20.779	13.812	11.423	6.340	2.490	2.470	2.411	1.534	434
Fluxo com projeção de inflação (CVM)	-	83.542	70.822	58.033	44.650	32.694	22.966	15.425	12.804	7.099	2.796	2.775	2.710	1.744	493
Varição		9,0%	9,3%	9,3%	9,4%	9,9%	10,5%	11,7%	12,1%	12,0%	12,3%	12,3%	12,4%	13,7%	13,6%

17 Fornecedores

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores de mercadorias	154.009	135.049
Fornecedores de mercadorias com partes relacionadas (Nota 14)	385	264
Fornecedores de imobilizado	<u>6.202</u>	<u>8.134</u>
	<u>160.596</u>	<u>143.447</u>

18 Empréstimos, financiamentos e debêntures

				<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>Moeda</u>	Encargos financeiros anuais	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1 e Finimp) (c)	R\$	3,47% a CDI + 2,15%	out/2026	81.225	125.746
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro) - (d)	R\$	CDI + 1,46% a CDI + 1,90%	dez/2024 a mai/2027	188.986	202.117
Debêntures (b)	R\$	CDI + 1,00%	dez/2023	-	26.872
Debêntures - CRA (b)	R\$	CDI + 1,65%	dez/2027	104.502	106.280
Notas Comerciais Escriturais (e)	R\$	CDI + 1,93%	dez/2025	60.092	-
Custos de transação (f)	<u>R\$</u>	-	-	<u>(3.330)</u>	<u>(4.627)</u>
				<u>431.475</u>	<u>456.388</u>
				==	
Passivo circulante				179.179	85.793
Passivo não circulante				252.296	370.595

A seguir apresentamos os montantes a pagar de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento (*aging list*) em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2023
Ano de vencimento	
2025	139.299
2026	79.299
Acima de 2027	<u>36.029</u>
	<u>254.627</u>
Custo de transação	<u>(2.331)</u>
	<u>252.296</u>

a. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	456.388	658.961
Captação	60.000	-
Juros apropriados (Nota 25)	49.814	49.324
Juros apropriados - capitalizados	409	4.396
Variação cambial	(5.856)	(6.878)
Juros pagos	(47.836)	(52.280)
Amortização do principal	(82.741)	(198.309)
Custo de transação	-	(200)
Amortização do custo de transação (Nota 25)	1.297	1.374
Saldo final	431.475	456.388

b. Debêntures

2ª emissão de debêntures simples

Em 26 de novembro de 2019, através das deliberações da Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, conforme Instrução CVM 476, de 2009. Foram distribuídas 80.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1 (“Valor Nominal Unitário”), perfazimento o montante total de R\$ 80.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures tiveram prazo de vigência de 4 (quatro) anos contados da data de emissão, em 10 de dezembro de 2019, com quitação em 10 de dezembro de 2023. Foram amortizadas trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 10 de março de 2021.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias da DI, calculadas e divulgadas pelo B3 S.A., acrescidas exponencialmente de 1% ao ano e, em conjunto com a taxa do CDI.

3ª emissão de debêntures simples – Direitos creditórios do Agronegócio

Em 09 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho da Administração do Grupo Fartura de Hortifrut S.A. aprovou o Instrumento Particular da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada, com esforços restritos de distribuição, as quais representam direitos creditórios do agronegócio (“Créditos do Agronegócio”), nos termos do §1º, do artigo 23, da Lei nº11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada (“Lei 11.076”) e do artigo 3º da Instrução da CVM nº600, de 1º de agosto de 2018, conforme alterada (“Instrução CVM 600”) no valor de R\$100.000, na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

As debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, em 16 de dezembro de 2021, com vencimento previsto para novembro de 2027, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures, de Resgate Antecipado total das Debêntures a seu único critério, ou parcial mediante oferta de resgate. Serão os juros amortizados trimestralmente sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 11 de março de 2022 e do principal ocorreu em 13 de dezembro de 2023.

Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios equivalentes ao IPCA acrescido de 6,5332% (seis inteiros e cinco mil, trezentos e trinta e dois décimos de milésimo por cento) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização dos CRA ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (“Remuneração”).

Em conjunto a essa operação foi feito um SWAP protegendo toda a operação onde o índice foi alterado para a taxa CDI acrescida de 1,65% ao ano.

c. Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1 e Finimp)

Banco Santander

Em 12 de julho de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 50.000 junto ao Banco Santander.

O empréstimo teve o prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, em 12 de julho de 2021, com quitação em 14 de julho de 2023. Foram amortizadas o principal e juros em 5 (cinco) parcelas trimestrais, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 14 de julho de 2022.

Sobre o valor incidem juros remuneratórios pela taxa CDI + 2,15% ao ano.

Banco Itaú

Em 09 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 100.000 junto ao Banco Itaú.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, em 23 de novembro de 2021, com vencimento previsto para 27 de outubro de 2026. O valor do principal será amortizado em 13 parcelas trimestrais iniciando em 13 de novembro de 2023 e os juros pagos trimestralmente a partir de 22 de fevereiro de 2022.

Sobre o valor incidem variação cambial e juros remuneratórios de 3,6818% ao ano.

Para essa captação foi emitido um SWAP da variação cambial e dos juros remuneratórios pela taxa CDI + 2,18% ao ano.

d. Cédula de crédito bancário

2ª captação Banco do Brasil

Em 22 de dezembro de 2020, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 100.000 junto ao Banco do Brasil.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 3 (três) anos contados da data de emissão, em 28 de dezembro de 2020, com quitação em 28 de dezembro de 2023. Foram amortizadas trimestralmente em 5 parcelas, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 28 de dezembro de 2022 e os juros trimestralmente a partir de 28 de março de 2021.

Sobre o valor incidem juros remuneratórios pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 2,28% ao ano.

Em 12 de dezembro de 2022, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a renovação valor de R\$ 100.000 junto ao Banco do Brasil.

A dívida foi renegociada alterando o prazo de vigência para 2 anos a partir do dia 23 de dezembro de 2022, com vencimento previsto para 28 de dezembro de 2024. Serão amortizadas semestralmente em 2 parcelas, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 28 de junho de 2024 e os juros mensalmente a contar da emissão. Os juros remuneratórios da operação foram renegociados e alterados, sendo calculados pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,90% ao ano.

3ª captação Banco do Brasil

Em 09 de novembro de 2021, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 100.000 junto ao Banco do Brasil.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 6 (seis) anos contados da data de emissão, em 22 de novembro de 2021, com vencimento previsto para 15 de maio de 2027. Serão amortizadas semestralmente em 8 parcelas, sendo que o primeiro pagamento ocorreu em 15 de maio de 2023 e os juros semestralmente a partir de 15 de maio de 2022.

Sobre o valor incidem juros remuneratórios pela taxa média do CDI acrescida de sobretaxa efetiva de 1,46% ao ano.

e. Notas comerciais escriturais

Banco Votorantim

Em 21 de junho de 2023, em Reunião do Conselho da Administração aprovou a captação no valor de R\$ 60.000 junto ao Banco Votorantim através de uma emissão de Notas Comerciais Escriturais.

O empréstimo tem o prazo de vigência de 2 (dois) anos contados da data de emissão, em 27 de junho de 2023, com vencimento final previsto para 27 de junho de 2025. O valor do principal será amortizado em parcela única na data de vencimento da operação e os juros pagos semestralmente a partir de 27 de dezembro de 2023.

Sobre o valor incidem juros remuneratórios pela taxa CDI acrescidos de 1,93% ao ano.

A operação não possui garantias reais (garantia *clean*). A operação exige a apresentação de lastro em produtos do agronegócio através de notas fiscais de compra de mercadorias em um período competente entre 60 (sessenta) dias antes da emissão e 120 (cento e vinte) dias após a emissão.

f. Custos de transação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	<u>4.627</u>	<u>5.801</u>
Custos incorridos	-	200
(-) Amortizações	<u>(1.297)</u>	<u>(1.374)</u>
Saldo no final do exercício	<u>3.330</u>	<u>4.627</u>
Passivo circulante	1.000	1.297
Passivo não circulante	2.330	3.330

g. Garantias

Cédula de crédito bancário

O Grupo possui uma aplicação financeira no montante de R\$ 6.229 (R\$ 5.664 em 31 de dezembro de 2022) dado em garantia conforme mencionado na nota explicativa 10 (i).

h. Principais compromissos assumidos

Debêntures

Cláusulas contratuais restritivas estão previstas nos contratos. O Grupo monitora de forma constante o adequado cumprimento. As cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários.

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial exequível ou decisão arbitral e/ou administrativa definitiva, todas de natureza condenatória; ii) inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, de valor superior a R\$ 5.000; iii) não manutenção do índice obtido da divisão da Dívida Líquida (valor calculado em bases consolidadas na Emissora igual i) à soma dos passivos junto a instituições financeiras, das operações de leasing operacional e financeiro, dos títulos e valores mobiliários representativos de dívida emitidos, diminuído (ii) das disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) pelo EBITDA (significa o lucro consolidado relativo aos 12 últimos meses, antes de juros, impostos, depreciação e amortização, não permitindo-se ajustes de efeito não recorrente (despesas, custos e/ ou receitas) igual ou inferior a 2,5, apurado anualmente. Caso o Grupo não seja capaz de atender referidos covenants, as dívidas poderão vencer antecipadamente e o Grupo deverá antecipar o valor principal acrescido de juros.

O vencimento antecipado cruzado ou inadimplemento cruzado (cross-default e cross-acceleration) de outras obrigações do Grupo poderão ser desencadeados, conforme cláusulas presentes em contratos de empréstimos e financiamentos existentes.

Cédula de crédito bancária

As cláusulas financeiras restritivas consistem em: i) manter até a data da liquidação final das obrigações a conta de depósito no Banco do Brasil; ii) manter volume diário de agenda de recebíveis realizadas por meio de cartões de crédito, suficientes para amparar 5,00% do saldo devedor da presente operação; iii) inadimplemento de qualquer obrigação principal ou acessória; iv) sofrer falência, liquidação judicial ou extra-judicial; v) sofrer protesto cambiário e; vi) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colar em risco as garantias constituídas.

Notas comerciais escriturais

Cláusulas contratuais restritivas estão previstas nos contratos. O Grupo monitora de forma constante o adequado cumprimento. As cláusulas, de forma a evitar qualquer vencimento antecipado das obrigações previstas nas cédulas de empréstimos bancários.

As cláusulas restritivas com vencimento antecipado automático consistem em: i) inadimplemento, pela Emissora e/ou de qualquer Controlada, de qualquer obrigação pecuniária decorrente deste instrumento, incluindo, mas não se limitando ao pagamento da remuneração nas respectivas datas de pagamento da remuneração e de principal, bem como de quaisquer outras obrigações pecuniárias previstas neste Termo de Emissão, inclusive, mas não se limitando, perante o Titular de Notas Comerciais e suas afiliadas, desde que não sanado no prazo de 01 (um) dia a contar do vencimento; ii) (a) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante (conforme definido abaixo) ou decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante; ou (b) liquidação, dissolução ou pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante, não elidido no prazo legal, ou se a Emissora e/ou de qualquer Controlada Relevante, por qualquer motivo, encerrar suas atividades. Para fins deste Termo de Emissão, será considerada uma “Controlada Relevante” toda subsidiária da Emissora que represente valor superior a 5% (cinco por cento) da receita bruta da Emissora, nos termos de suas demonstrações financeiras anuais mais recentes; iii) questionamento judicial, arbitral ou administrativo deste Termo de Emissão (e/ou de qualquer uma de suas disposições), quaisquer outros documentos relacionados à Emissão ou qualquer condição pactuada no âmbito da Emissão: (a) pela Emissora; (b) por quaisquer dos integrantes, atuais ou futuros, do quadro acionário da Emissora; ou (c) por qualquer administrador da Emissora no exercício de sua função; iv) declaração de vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais da Emissora, local ou internacional; v) inadimplemento de qualquer obrigação de execução por quantia certa e líquida, em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000, salvo: (1) se no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis da determinação da respectiva medida a Emissora comprovar a obtenção de qualquer medida judicial suspendendo a respectiva execução do título judicial ou arbitral; e (2) se no prazo legal tiver sido apresentada e aceita garantia em juízo, conforme aplicável; vi) transformação da forma societária da Emissora, desde que tal transformação impacte a capacidade de cumprimento de obrigações pela Emissora em relação à presente Emissão; vii) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão para a Destinação de Recursos, conforme previsto neste Termo de Emissão; viii) redução do capital social da Emitente, exceto se para absorção de prejuízos já comprovadamente conhecidos na data da celebração deste instrumento, sem o consentimento prévio por escrito do Titular das

Notas Comerciais Escriturais; ix) inadimplemento ou declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias (que não as previstas nos itens “iv” e “v” acima) da Emissora, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000; x) se a Emissora alienar, direta ou indiretamente, total ou parcialmente, quaisquer bens de seu ativo, que represente, em uma operação ou num conjunto de operações, valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Emissora, apurado com base na demonstração financeira auditada mais recente da Emissora; xi) caso quaisquer documentos referentes à Emissão sejam revogados, rescindidos, se tornarem nulos ou deixarem de estar em pleno efeito e vigor ou deixar de ser exequíveis conforme decisão judicial sujeita a execução; xii) alteração do objeto social da Emissora que descaracterize a atividade principal da Emissora tal como descrita no seu respectivo estatuto social na Data de Emissão (“Atividade Principal”), exceto se aprovado pelo Titular de Notas Comerciais Escriturais; xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas neste Termo de Emissão, sem a prévia autorização do Titular de Notas Comerciais Escriturais; xiv) alteração ou transferência do controle direto ou indireto, cisão, fusão, incorporação de ações, criação de subsidiárias ou qualquer forma de reorganização societária da Emissora que corresponda a alteração do capital social em valor igual ou superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido da Emissora, exceto quando previamente aprovada pelo Titular de Notas Comerciais Escriturais; ou; xv) concessão de mútuos ou quaisquer espécies de empréstimos, inclusive por meio da emissão de valores mobiliários, pela Emissora para qualquer outra sociedade, em montante individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000, exceto se previamente autorizada pelo Titular de Notas Comerciais Escriturais.

19 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e ordenados	10.861	7.912	10.973	8.000
Provisão para bônus	15.016	8.851	15.674	9.287
Outras obrigações	7.090	7.784	7.222	7.835
INSS a recolher	9.745	8.113	9.826	8.186
FGTS a recolher	2.381	2.005	2.407	2.029
Férias e encargos sociais a incorrer	34.199	29.184	34.533	29.537
	<u>79.292</u>	<u>63.849</u>	<u>80.635</u>	<u>64.874</u>

A movimentação do saldo de provisão de bônus segue conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	<u>8.851</u>	<u>1.987</u>	<u>9.287</u>	<u>1.987</u>
Provisão para bônus do exercício	23.358	15.582	24.129	16.132
Baixas por liquidação	(17.193)	(8.718)	(17.742)	(8.832)
Saldo inicial em 31 de dezembro	<u>15.016</u>	<u>8.851</u>	<u>15.674</u>	<u>9.287</u>

20 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - a pagar	10.068	7.862	10.068	7.862
Contribuição para financiamento da seguridade social	165	233	165	233
Programa de integração social	14	43	14	43
Imposto de renda retido na fonte	3.395	2.961	3.494	3.023
IPTU a pagar	2.666	322	2.666	322
Outros tributos	1.339	1.017	1.339	1.016
	17.647	12.438	17.746	12.499

21 Provisão para processos judiciais

O Grupo é parte em processos tributários, trabalhistas, cíveis, entre outros, e está discutindo essas questões tanto nas esferas administrativa quanto judicial.

Para as ações classificadas como probabilidade de perda provável é constituída provisão para o valor estimado de perda, conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Provisão trabalhista (i)	7.811	49.693
Provisões cíveis	419	293
Total provisões	8.230	49.986
Depósitos judiciais trabalhistas (i)	-	(44.092)
Total depósitos judiciais	-	(44.092)
Total líquido	8.230	5.894

- (i) O saldo em aberto em 31 de dezembro de 2022 no valor R\$ 44.092 referente ao processos relativos a INSS terceiras entidades, onde o Grupo mantinha depósito em juízo no mesmo montante, teve em fevereiro de 2022 o STF a discussão desfavoravelmente ao contribuinte no julgamento dos Temas 495 (RE nº 630898 - "É constitucional a contribuição de intervenção no domínio econômico destinada ao INCRA devida pelas empresas urbanas e rurais, inclusive após o advento da EC nº 33/2001") e 325 (RE nº RE 603624 – "As contribuições devidas ao SEBRAE, à APEX e à ABDI com fundamento na Lei 8.029/1990 foram recepcionadas pela EC 33/2001"), onde o processo da Companhia transitou em julgado em agosto de 2022. Desta forma, os depósitos judiciais foram convertidos em renda para a União Federal em 25 de agosto de 2023.

Movimentação da provisão para processos judiciais e dos depósitos judiciais

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial em 1º de janeiro	49.986	34.412
Constituição/ reversão da provisão para processos judiciais	(42.832)	12.726
Pagamentos realizados durante o exercício	(1.587)	(1.260)
Pagamentos realizados através de depósitos judiciais	-	(1.376)
Atualização monetária	2.663	5.484
Saldo final em 31 de dezembro	8.230	49.986
Saldo inicial depósitos judiciais	(44.092)	(29.851)
Constituição de depósitos judiciais	-	(10.133)
Baixa de depósitos judiciais	46.755	1.376
Atualização monetária	(2.663)	(5.484)
Saldo final depósitos judiciais	-	(44.092)
Saldo final líquido	8.230	5.894

a. Processos com perdas possíveis

O Grupo possui ações de natureza cíveis, trabalhistas, entre outras, envolvendo risco de perda classificado como possível pela Administração e por seus consultores jurídicos externos, portanto, nenhuma provisão foi constituída, demonstramos abaixo os valores envolvidos:

	2023	2022
Cíveis	551	337
Trabalhistas (i)	13.850	7.999
Saldo final	14.401	8.336

- (i) O Grupo detém o valor de R\$ 13.850 de processos trabalhistas como perda possível, sendo o principal processo referente contribuição previdenciária patronal.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 91.438, dividido em 2.781.220 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Participação	Valor	Participação	Valor
Carlos Roberto Alves	54,88%	50.181	54,88%	50.181
Crescera Oba Growth CO - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestrategia	30,00%	27.431	30,00%	27.431
Raimundo Desiderio Alves Caetano (i)	7,00%	6.401	10,50%	9.601
CABEF Empreendimentos e Participações Ltda. (i)	3,50%	3.200	-	-
Luiz Las-Casas Alves	3,22%	2.944	3,22%	2.944
Alex Alves dos Santos Brito	1,40%	1.281	1,40%	1.281
	100%	91.438	100%	91.438

- (i) No dia 13 de dezembro de 2023 foram transferidas 3.200 ações ordinárias do acionista Raimundo Desiderio Alves Caetano para a CABEF Empreendimentos e Participações Ltda., sem alteração do montante do capital social da Companhia.

b. Reserva de capital

Sujeito às limitações previstas no Artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo remanescente do lucro líquido após as deduções legais aplicáveis poderá ser alocado a constituição de reserva de capital com a finalidade de expansão das atividades da Companhia, se aprovado em assembleia geral de acionistas.

c. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social ou quando o saldo dessa reserva, somado ao montante das reservas de capital, atingir 30% do capital social. A reserva legal somente pode ser utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos com aquisições e de capital de giro. Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo das reservas de lucros, exceto as para de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

d. Reserva de benefício fiscal ágio

A reserva de benefício fiscal constituída em janeiro de 2020, deve-se a incorporação reversa da Oba Growth, após a qual o benefício fiscal relativo ao ágio apurado na aquisição do Grupo Fartura foi registrado em contrapartida ao ativo fiscal diferido de R\$ 49.089 contra a reserva de benefício fiscal no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da reserva é de R\$ 36.817 (R\$ 41.726 em 31 de dezembro de 2022) conforme nota explicativa 26.c.

Em 2017, a Crescera - Investment I - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, por meio da empresa veículo Oba Growth Participações S.A. (“Oba Growth”), adquiriu participação societária na Companhia, o que, após alocação do preço de compra, gerou um ágio na aquisição. Houve a incorporação da empresa adquirente pelo investimento adquirido.

Em 31 de janeiro de 2020, o Oba Growth Participações S.A., que detinha 30% de participação foi reversamente incorporado pela Companhia. No seu reconhecimento inicial, as principais condições previstas na Lei nº 12.973/14 para aproveitamento fiscal do ágio tinham sido cumpridas.

e. Reserva de benefício fiscal subvenção

A Companhia está sujeito a determinados incentivos fiscais de ICMS, dentre os quais destaca-se a isenção prevista no Convênio ICMS nº 44, de 15.12.1975 (“Convênio 44/75”) para as operações com produtos hortifrutigranjeiros, esses benefícios fiscais reduzem a despesa de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) tais como crédito presumido, redução de base de cálculo e redução de alíquota, apresentando um montante considerável de exclusão das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL.

A Lei no 12.973/14, em seu art. 30, § 3o, destaca que a transferência do valor da receita de subvenções, através da conta lucros acumulados, para a reserva de incentivos fiscais.

A constituição de reserva de subvenção para investimento (reserva de incentivos fiscais) visa cumprir as exigências da Lei Federal 12.973/2014, art. 30, que dispõe que as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimento econômicos não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de incentivos fiscais está limitada ao valor do lucro líquido no encerramento do exercício. Em 2023, o Grupo constituiu reserva de incentivo fiscal, até o limite do seu lucro líquido do exercício, relacionado a subvenção para investimento no montante de R\$ 339.110 (R\$ 43.557 até 31 de dezembro de 2022) suportados pelos seus assessores jurídicos.

O Grupo apurou lucro líquido contábil inferior à parcela decorrente da subvenção e, nesse caso, a reserva de incentivos deverá ser complementada pelo saldo remanescente à medida que forem apurados lucros nos exercícios subsequentes.

Adicionalmente, em agosto de 2023, com a revogação do artigo 30 da Lei 12.973/14, houve alteração no tratamento que deverá ser aplicado às subvenções para fins de incidência de IRPJ, CSL, PIS e COFINS, a partir de 1º de janeiro de 2024. A partir de 2024, portanto, os valores subvencionados passarão a ser tributados pelo IRPJ e CSLL.

f. Distribuição de dividendos

Conforme disposição estatutária, a Companhia distribuirá anualmente, desde que haja lucros suficientes para tal, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada ano, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do exercício	346.025	34.452
(-) Reserva legal (5%)	11.284 (*)	1.723
Base de cálculo de dividendos	334.201	32.729
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% (ações ordinárias) (i)	-	-

(i) Através da ata de Reunião do Conselho da Administração (RCA) e AGE, foi deliberado pela não distribuição de dividendos referente a lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com anuência de todos os acionistas de forma irrevogável e irreatável.

(*) Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo atingiu o limite de 20% (vinte por cento) do capital social conforme estabelecido no artigo 193 da lei 6.404/76.

Movimentação dos dividendos a pagar

Saldo em 1º de janeiro de 2023	-
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores (i)	6.000
Dividendos pagos (ii)	(6.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

(i) Em 06 de fevereiro de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o pagamento de dividendos no montante de R\$ 3.000 que se refere a distribuição de dividendos de lucros apurados em exercícios anteriores, o valor foi liquidado nessa mesma data.

- (ii) Em 11 de julho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) o pagamento de dividendos no montante de R\$ 3.000 que se refere a distribuição de dividendos de lucros apurados em exercícios anteriores, o valor foi liquidado nessa mesma data.

g. Outros resultados abrangentes

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia reconhece nessa rubrica a variabilidade dos fluxos de caixa futuros atribuídos a alterações na taxa de câmbio USD/BRL oriundas do pagamento de principal e juros dos passivos financeiros (empréstimos) contratados pela Companhia, os montantes que foram reconhecidos em outros resultados abrangentes durante a vigência da relação de hedge, devem ser reclassificados para o resultado financeiro como ajuste de reclassificação no mesmo período, ou períodos, nos quais as transações futuras previstas afetarem o resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 foram registrados em Outros Resultados Abrangentes o montante de R\$ 1.661, sendo que R\$ 2.516 refere-se ao registro do Hedge de Fluxo de Caixa conforme nota explicativa 28.d e R\$ (855) refere-se ao efeito tributário conforme nota explicativa 26.c.

23 Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vendas de mercadorias	2.885.089	2.537.475	2.885.089	2.537.475
Vendas de serviços e demais receitas	2.069	1.102	2.069	1.102
Receita bruta total	<u>2.887.158</u>	<u>2.538.577</u>	<u>2.887.158</u>	<u>2.538.577</u>
Tributos federais, estaduais e municipais	(240.068)	(207.386)	(240.068)	(207.390)
Receita operacional líquida	<u>2.647.090</u>	<u>2.331.191</u>	<u>2.647.090</u>	<u>2.331.187</u>

A receita líquida por canais de venda está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vendas de mercadorias digital	141.501	124.038	141.501	124.038
Vendas de mercadorias física	2.505.589	2.207.153	2.505.589	2.207.149
Receita líquida total	<u>2.647.090</u>	<u>2.331.191</u>	<u>2.647.090</u>	<u>2.331.187</u>

Sazonalidade das operações

A receita líquida média de vendas durante o quarto trimestre é geralmente acima da receita líquida média de vendas durante os outros trimestres do ano. Em 2023, o quarto trimestre apresentou receita líquida 13,2% (15,9% em 2022) superior à média dos demais trimestres do ano.

24 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Compras de mercadorias	1.551.625	1.364.200	1.551.625	1.364.201
Pessoal	477.360	443.157	481.779	447.692
Propaganda e publicidade	24.442	24.211	24.442	24.211
Bonificações	(23.153)	(6.632)	(23.153)	(6.632)
Aluguéis de veículos e maquinários	8.481	7.390	8.481	7.390
Ocupação	17.891	21.953	17.891	21.952
Transportes e fretes	50.031	42.700	50.031	42.700
Utilidades e serviços	53.445	50.907	53.445	50.917
Material de uso e consumo	34.790	26.062	34.790	26.062
Taxa de administração de cartão	34.338	28.450	34.338	28.450
Serviços prestados	32.593	31.052	32.593	31.235
Manutenção e reparos	24.303	19.687	24.303	19.688
Despesas gerais	27.762	33.073	27.765	33.299
Tarifas e tributos	4.080	4.834	4.077	4.838
Resultado com a alienação de ativo fixo	184	(679)	184	(679)
Resultado com a alienação de arrendamento mercantil (Nota 16 a/b)	(2.239)	(12.331)	(2.239)	(12.331)
Depreciação e amortização	41.082	35.858	41.094	35.860
Depreciação arrendamento mercantil (Nota 16.a)	89.547	85.850	89.547	85.850
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(81)	(260)	(81)	(260)
Outros receitas e despesas	54.085	1.700	54.264	1.615
	2.500.566	2.201.182	2.505.176	2.206.058
Custos das vendas	1.560.058	1.383.971	1.560.058	1.383.971
Despesas com vendas e distribuição	749.722	706.816	749.722	706.834
Despesas gerais e administrativas	167.303	109.882	171.735	114.826
Perda por redução ao valor recuperável do contas a receber	(81)	(262)	(81)	(262)
Outras receitas (despesas), líquidas	23.564	775	23.742	689
	2.500.566	2.201.182	2.505.176	2.206.058

25 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	11.505	14.672	11.540	14.703
Juros ativos	3.784	28	3.784	28
Variações cambiais ativa	17.087	22.164	17.087	22.164
Rendas em operações com derivativos	18.544	50.979	18.544	50.979
Outras receitas financeiras	6.564	1.964	6.564	1.963
	57.484	89.807	57.519	89.837
Despesas financeiras				
Outras despesas financeiras	(2.166)	(1.705)	(2.165)	(1.705)
Descontos financeiros	(1.323)	(1.788)	(1.323)	(1.788)
Despesas bancárias	(78)	(169)	(82)	(172)
Juros passivos e multas de mora	(2.094)	(2.575)	(2.096)	(2.576)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 18.a)	(45.710)	(43.395)	(45.710)	(43.395)
Variações cambiais passiva	(9.480)	(5.335)	(9.480)	(5.335)
Despesas com derivativos	(39.297)	(83.018)	(39.297)	(83.018)
Juros sobre arrendamento (Nota 16.b)	(39.364)	(38.547)	(39.364)	(38.547)
Juros CRA (Nota 18.a)	(4.104)	(5.929)	(4.104)	(5.929)
Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 18.a)	(1.297)	(1.374)	(1.297)	(1.374)
	(144.913)	(183.835)	(144.918)	(183.839)
Resultado financeiro, líquido	(87.429)	(94.028)	(87.399)	(94.002)

26 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

a. Valores reconhecidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	-	2.051	(8)	2.051
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido:				
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	(27)	(89)	(27)	(89)
Perdas estimadas de estoques	3.157	(167)	3.157	(167)
Derivativos e variação cambial	1.553	1.363	1.553	1.363
Provisão para bônus	2.096	2.551	2.096	2.551
Outras diferenças temporárias	(582)	1.701	(582)	1.701
Provisão para processos judiciais	(14.196)	5.295	(14.196)	5.295
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(11.961)	(12.131)	(11.961)	(12.131)
Arrendamento CPC 06(R2)/IFRS 16	3.080	7.660	3.080	7.660
Prejuízo fiscal a compensar (nota 22.c) (ii)	313.305	-	313.305	-
Ágio na incorporação (nota 22.c)	(4.909)	(4.909)	(4.909)	(4.909)
	291.516	1.274	291.516	1.274
Total da despesa de impostos (nota 26.b)	291.516	3.325	291.508	3.325

b. Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	%		%	%		%		%
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	-	54.509	-	31.127	-	54.517	-	31.127
Imposto utilizando a alíquota de imposto da controladora	(34)	(18.533)	(34)	(10.583)	(34)	(18.541)	(34)	(10.583)
Multas não dedutíveis	(2,03)	(1.106)	(0,71)	(222)	(2,03)	(1.106)	(0,71)	(222)
Despesas indedutíveis	(2,21)	(1.207)	(1,97)	(614)	(2,21)	(1.207)	(1,97)	(614)
Provisões de contingência multa indedutível	(0,04)	(20)	(0,08)	(24)	(0,04)	(20)	(0,08)	(24)
Resultado da equivalência patrimonial	(2,86)	(1.560)	(5,30)	(1.650)	(2,86)	(1.560)	(5,30)	(1.650)
Ganho de capital regime caixa	0,25	137	1,63	507	0,25	137	1,63	507
Prejuízo fiscal de base negativa	-	-	(0,47)	(145)	-	-	(0,47)	(145)
Baixa de passivo de arrendamento	11,05	6.023	13,47	4.192	11,05	6.023	13,47	4.192
Outros	(4,50)	(2.454)	6,59	2.051	(4,50)	(2.454)	6,59	2.051
Subvenção de investimento (nota 22.c)	569,15	310.236	31,53	9.813	569,06	310.236	31,53	9.813
	534,80	291.516	10,68	3.325	534,71	291.508	10,68	3.325
Total do imposto corrente e diferido	534,80	291.516	10,68	3.325	534,71	291.508	10,68	3.325

c. Movimentação dos saldos de ativos e passivos fiscais diferidos

Controladora

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2022	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2022		
				Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	153	(89)	-	64	64	-
Perdas estimadas de estoques	528	(167)	-	361	361	-
Derivativos e variação cambial	1.817	1.363	-	3.180	3.180	-
Hedge fluxo de caixa (VJORA)	-	-	2.813	2.813	2.813	-
Provisão para bônus	1.014	2.551	-	3.565	3.565	-
Outras diferenças temporárias	1.418	1.701	-	3.119	3.119	-
Provisão para processos judiciais	11.701	5.295	-	16.996	16.996	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(22.670)	(12.131)	-	(34.801)	-	(34.801)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	9.649	7.660	-	17.309	92.893	(75.584)
Ágio na incorporação (nota 22.c) (i)	46.635	(4.909)	-	41.726	41.726	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	50.245	1.274	2.813	54.332	89.133	(34.801)

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	Reconhecido no resultado do exercício	Saldo em 31 de dezembro de 2023			
			Reconhecido no patrimônio líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	64	(27)	-	37	37	-
Perdas estimadas de estoques	361	3.157	-	3.518	3.518	-
Derivativos e variação cambial	3.180	1.553	-	4.733	4.733	-
Hedge fluxo de caixa (VJORA)	2.813	-	(855)	1.958	1.958	-
Provisão para bônus	3.565	2.096	-	5.661	5.661	-
Outras diferenças temporárias	3.119	(582)	-	2.537	2.537	-
Provisão para processos judiciais	16.996	(14.196)	-	2.800	2.800	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(34.801)	(11.961)	-	(46.762)	-	(46.762)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	17.309	3.080	-	20.389	123.339	(102.950)
Prejuízo fiscal e base negativa a compensar (nota 22.c) (ii)	-	313.305	-	313.305	313.305	-
Ágio na incorporação (nota 22.c) (i)	41.726	(4.909)	-	36.817	36.817	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	54.332	291.516	(855)	344.993	494.705	(149.712)

Consolidado

	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2022	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no patrimônio líquido	Saldo em 31 de dezembro de 2022		
				Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Provisão para perdas de crédito esperadas	153	(89)	-	64	64	-
Provisão para perdas de estoques	528	(167)	-	361	361	-
Derivativos e variação cambial	1.817	1.363	-	3.180	3.180	-
Hedge fluxo de caixa	-	-	2.813	2.813	2.813	-
Provisão para bônus	1.014	2.551	-	3.565	3.565	-
Outras diferenças temporárias	1.420	1.701	-	3.121	3.121	-
Provisão para processos judiciais	11.701	5.295	-	16.996	16.996	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(22.670)	(12.131)	-	(34.801)	-	(34.801)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	9.649	7.660	-	17.309	92.893	(75.584)
Ágio na incorporação (nota 22.c) (i)	46.635	(4.909)	-	41.726	41.726	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	50.247	1.274	2.813	54.334	89.135	(34.801)

Grupo Fatura de Hortifrut S.A.
Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2023

	Saldo em 31 de dezembro de 2023					
	Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	Reconhecido no resultado do exercício	Reconhecido no patrimônio líquido	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	64	(27)	-	37	37	-
Perdas estimadas de estoques	361	3.157	-	3.518	3.518	-
Derivativos e variação cambial	3.180	1.553	-	4.733	4.733	-
Hedge fluxo de caixa (VJORA)	2.813	-	(855)	1.958	1.958	-
Provisão para bônus	3.565	2.096	-	5.661	5.661	-
Outras diferenças temporárias	3.121	(582)	-	2.539	2.539	-
Provisão para processos judiciais	16.996	(14.196)	-	2.800	2.800	-
Diferença entre depreciação fiscal e contábil	(34.801)	(11.961)	-	(46.762)	-	(46.762)
Arrendamento (CPC 06-R2 / IFRS 16)	17.309	3.080	-	20.389	123.339	(102.950)
Prejuízo fiscal e base negativa a compensar (nota 22.c) (ii)	-	313.305	-	313.305	313.305	-
Ágio na incorporação (nota 22.c) (i)	41.726	(4.909)	-	36.817	36.817	-
Total Imposto líquido (passivo) ativo	54.334	291.516	(855)	344.995	494.707	(149.712)

- (i) A expectativa da Administração quanto à realização total dos créditos fiscais referente ao benefício do ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação reversa, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Compensação
	Benefício fiscal (ágio)
2024	4.909
2025	4.909
2026	4.909
A partir de 2027	22.091
	36.817

Em 2021, a Companhia iniciou o processo de amortização do ágio para fins de benefícios fiscais considerando o prazo de 10 anos e o montante total amortizado até 31 de dezembro de 2023 corresponde a R\$ 12.272. A Lei no 6.404/76, em seu art. 170, § 2o, destaca que a capitalização da parcela da reserva especial referida no caput deste artigo, correspondente ao benefício fiscal, somente poderá ser realizada ao término de cada exercício social e na medida em que esse benefício represente uma efetiva diminuição dos tributos pagos pela Companhia.

- (ii) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu ativo fiscal diferido no montante de R\$ 313.305 decorrente de prejuízo fiscal e base negativa apurados, sendo que, R\$ 299.596 refere-se a incentivos e benefícios fiscais de ICMS decorrentes das subvenções para investimento, conforme disciplinado pelo art. 30 da Lei nº 12.973/2014, alterado pela Lei Complementar nº 160/2017 e suportados pelos assessores jurídicos da Companhia. A expectativa da Administração quanto à realização total dos créditos fiscais referente ao prejuízo fiscal (fundamentado na estimativa de geração de lucros tributáveis futuro) está prevista para ocorrer em até 17 anos, da seguinte forma:

Ano	Compensação
	Prejuízo fiscal
2024	9.738
2025	11.432
2026	12.084
2027	17.298
A partir de 2028	262.753
	313.305

27 Lucro líquido por ação

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	346.025	34.452
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	2.781	2.781
Lucro básico por lote de mil ações	124,42	12,39

Não há diferença entre lucro básico diluído por ação, pois não houve durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

28 Instrumentos financeiros

a. Prática contábil

Variações nas taxas de juros e câmbio expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como hedge de fluxo de caixa.

(i) Instrumentos financeiros derivativos não designados como hedge accounting

Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para hedge accounting quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

b. Instrumentos financeiros por categoria

		<u>Ativos mensurados pelo valor justo por meio de resultado</u>			
		<u>Controlada</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Aplicações financeiras	10	6.229	16.959	6.229	16.959
Instrumentos financeiros derivativos	28.d	9.102	2.570	9.102	2.570
		<u>15.331</u>	<u>19.529</u>	<u>15.331</u>	<u>19.529</u>
Ativos mensurados ao custo amortizado					
		<u>Controlada</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	9	93.882	51.673	94.841	52.083
Contas a receber de clientes	11	199.163	164.126	199.163	164.126
		<u>293.045</u>	<u>215.799</u>	<u>294.004</u>	<u>216.209</u>
		<u>308.376</u>	<u>235.328</u>	<u>309.335</u>	<u>235.738</u>
Passivos mensurados pelo valor justo instrumentos de hedge					
		<u>Controlada</u>		<u>Consolidado</u>	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivos, conforme o balanço patrimonial					
Instrumentos financeiros derivativos	28.d	40.002	25.562	40.002	25.562

		Passivos mensurados ao custo amortizado			
		Controlada		Consolidado	
Passivos, conforme o balanço patrimonial		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	431.475	456.388	431.475	456.388
Passivo de arrendamento	16.b	488.670	474.883	488.670	474.883
Fornecedores	17	160.596	143.447	160.596	143.447
Contas a pagar	-	13.913	13.939	13.913	13.941
Outros passivos	-	645	1.463	646	1.469
		<u>1.095.299</u>	<u>1.090.120</u>	<u>1.095.300</u>	<u>1.090.128</u>
		<u>1.135.301</u>	<u>1.115.682</u>	<u>1.135.302</u>	<u>1.115.690</u>

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

Controladora	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	6.229	6.229	16.959	16.959
Instrumentos financeiros derivativos	9.102	9.102	2.570	2.570
Caixa e equivalentes de caixa	93.882	93.882	51.673	51.673
Contas a receber de clientes	199.163	199.163	164.126	164.126
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	40.002	40.002	25.562	25.562
Empréstimos, financiamentos e debêntures	431.475	431.475	456.388	456.388
Passivo de arrendamento	488.670	488.670	474.883	474.883
Fornecedores	160.596	160.596	143.447	143.447
Contas a pagar	13.913	13.913	13.939	13.939
Outros passivos	645	645	1.463	1.463
Consolidado				
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras	6.229	6.229	16.959	16.959
Instrumentos financeiros derivativos	9.102	9.102	2.570	2.570
Caixa e equivalentes de caixa	94.841	94.841	52.083	52.083
Contas a receber de clientes	199.163	199.163	164.126	164.126
Passivos financeiros				
Instrumentos financeiros derivativos	40.002	40.002	25.562	25.562
Empréstimos, financiamentos e debêntures	431.475	431.475	456.388	456.388
Passivo de arrendamento	488.670	488.670	474.883	474.883
Fornecedores	160.596	160.596	143.447	143.447
Contas a pagar	13.913	13.913	13.941	13.941
Outros passivos	646	646	1.469	1.469

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é obtido utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Vide nota 28.d para mais detalhes.
- Os contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem características a indexação pela DI + taxas pré-fixadas.

A Administração entende que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2, exceto caixa e equivalentes de caixa que não possuem classificação, onde considera que os valores justos estão bem próximos aos seus valores contábeis. Não foram identificadas mudanças significativas nas premissas, que possa impactar na alteração de valores.

c. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

O Grupo mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras com instituições que apresentam ratings AAA em sua maioria, baseado nas avaliações das principais agências de rating. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes, conforme nota explicativa 11.

As operações que sujeitam o Grupo à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde o Grupo fica exposto ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições de primeira linha que apresentam ratings baseado nas avaliações das principais agências de rating.

d. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo possuía os instrumentos financeiros derivativos conforme segue:

Instituição	Tipo de contrato	Exposição	Valor de referência		Valor justo		Ganho/ Perda	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ganho								
Banco Votorantim	Swap	IPCA	106.791	107.453	97.689	104.883	9.102	2.570
							<u>9.102</u>	<u>2.570</u>
Perda								
Banco Itaú	Swap	USD	79.316	92.326	119.318	117.888	(40.002)	(25.562)
							<u>(40.002)</u>	<u>(25.562)</u>
							<u>(30.900)</u>	<u>(22.992)</u>

A mensuração da marcação a mercado do Swap foi realizada considerando o efeito das variações dos indexadores das pontas passivas e ativas, com base em informação de mercado disponível a época.

Instrumentos financeiros designados para hedge accounting

Como procedimento de gestão de seus riscos de mercado, O Grupo Fartura administra as suas exposições em moeda estrangeira por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos atrelados ao dólar, considerando a previsão de pagamento.

A Companhia designa formalmente para hedge accounting de fluxos de caixa os instrumentos derivativos para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa futuros atribuíveis a alterações na taxa de câmbio USD/BRL oriundas do Pagamento de principal e juros dos passivos financeiros (empréstimos) contratados pela Companhia.

A estrutura de hedge accounting consiste nas estratégias de gestão de risco do Grupo Fartura que busca a convergência de seu custo de captação para o Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

Modalidade	Prazos	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor
4.1.3.1	Fev/2024 a Out/2026	Δ Cambial + 3,6818%	100% CDI + 2,18%	Notional USD 15.589

A movimentação dos instrumentos financeiros derivativos está demonstrada abaixo:

	Hedge de fluxo de caixa		Derivativos não designados como hedge accounting		<u>Instrumentos financeiros</u>	
					31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	<u>(25.562)</u>	<u>(3.115)</u>	<u>2.570</u>	<u>(706)</u>	<u>(22.992)</u>	<u>(3.821)</u>
Perdas reconhecidas no resultado	(20.538)	(29.738)	(215)	(2.300)	(20.753)	(32.038)
Ganhos (perdas) reconhecidos no ORA	2.516	(8.274)	-	-	2.516	(8.274)
Recebimentos em caixa	<u>3.582</u>	<u>15.565</u>	<u>6.747</u>	<u>5.576</u>	<u>10.329</u>	<u>21.141</u>
Saldo final	<u>(40.002)</u>	<u>(25.562)</u>	<u>9.102</u>	<u>2.570</u>	<u>(30.900)</u>	<u>(22.992)</u>

e. Gestão de capital

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures, certificados de Recebíveis Agrícolas (incluindo de curto e longo prazos) e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2023 e 2022 podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	18	431.475	456.388	431.475	456.388
Total do passivo de arrendamento	16.b	488.670	474.883	488.670	474.883
Caixa e equivalentes de caixa	9	(93.884)	(51.673)	(94.843)	(52.083)
Aplicações financeiras	10	(6.229)	(16.959)	(6.229)	(16.959)
Dívida líquida		<u>820.032</u>	<u>862.639</u>	<u>819.073</u>	<u>862.229</u>
Total do patrimônio líquido		<u>598.969</u>	<u>257.283</u>	<u>598.969</u>	<u>257.283</u>
Total do capital próprio e de terceiros		<u>1.419.001</u>	<u>1.119.922</u>	<u>1.418.042</u>	<u>1.119.512</u>
Índice de alavancagem financeira - %		58%	77%	58%	77%

f. Gestão de risco financeiro

(i) Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

(ii) Gerenciamentos de riscos

O Grupo está exposto aos riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

O Grupo adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos do Grupo, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pelo Grupo é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados:

Controladora

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 31 de dezembro de 2023					
Empréstimos e financiamentos	18	179.973	122.531	69.165	-
Instrumentos financeiros derivativos	28.d	48.219	48.526	76.745	-
Fornecedores	17	160.596	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.b	39.152	138.932	158.924	151.662
Contas a pagar	-	13.913	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022					
Empréstimos e financiamentos e debêntures	14	85.793	256.699	113.896	-
Fornecedores	13	143.447	-	-	-
Passivo de arrendamento	12.b	82.613	140.178	127.391	124.701
Contas a pagar	-	13.939	-	-	-

Consolidado

	Nota	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Entre seis a oito anos
Em 31 de dezembro de 2023					
Empréstimos e financiamentos	18	179.973	122.531	69.165	-
Instrumentos financeiros derivativos	28.d	48.219	48.526	76.745	-
Fornecedores	17	160.596	-	-	-
Passivo de arrendamento	16.b	39.152	138.932	158.924	151.662
Contas a pagar	-	13.913	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022					
Empréstimos e financiamentos e debêntures	14	85.793	256.699	113.896	-
Fornecedores	13	143.447	-	-	-
Passivo de arrendamento	12.b	82.613	140.178	127.391	124.701
Contas a pagar	-	13.941	-	-	-

O Grupo mantém um monitoramento do risco de liquidez através da gestão de seus recursos de caixa e aplicações financeiras, e apresentou um crescimento nas vendas em 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apresenta um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 93.882 e R\$ 94.841, controladora e consolidado respectivamente.

Quanto aos recebíveis foram avaliadas todas as medidas para potenciais riscos de não serem quitados. Onde o prazo médio de recebimento não foi alterado e o maior percentual de recebimento das vendas do Grupo são por meio de cartões de débitos e créditos que assegura o recebimento no prazo.

g. Exposição a riscos de taxas de juros e risco cambial

O Grupo está exposto ao risco de variação de taxas de juros, e ao índice de inflação, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

(i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da Taxa de Juros (Depósitos Interfinanceiros (DI)), e variação cambial), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à estas variáveis são apresentadas a seguir:

Seleção dos riscos

O grupo selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros (DI) e variação cambial.

Em atendimento ao pronunciamento contábil CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, o Grupo apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros, foram consideradas a taxa CDI anual de 31 de dezembro de 2023 acrescida de 25%, para o cenário II se dá pelo Cenário I Acrescido de 35%, o Cenário III pelo Cenário I acrescido de 50%

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros, foram consideradas a curva futura do IPCA de 31 de dezembro de 2023 acrescida de 25%, para o cenário II se dá pelo Cenário I Acrescido de 35%, o Cenário III pelo Cenário I acrescido de 50%.

Para a análise dos efeitos da variação cambial, consideramos a base PTAX de 31 de dezembro de 2023 acrescida de 5%, para Cenário I e acrescida de 10% e 25% para os Cenários II e III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

Risco	Referencias
Juros DI - Aumento	11,65%
IPCA	4,62%
Câmbio (USD)	4,8413

(ii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – DI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros DI, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Ganho/(Perda)				
			31/12/2023		Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Accrual	MTM	Adverso Provável	Adverso Provável	Adverso Extremo
Aplicações Financeiras	dez/23	Aumento DI	95.456	95.456	1.305	1.812	2.586
Cédula de Crédito Bancário (Linha de Giro)	dez/2024 a mai/2027	Aumento DI	188.986	192.526	(5.334)	(7.447)	(10.593)
Linha de crédito em moeda estrangeira (4.1.3.1 e Finimp)	out/26	Aumento DI	115.469	79.491	(19.873)	(27.822)	(39.745)
Notas Comerciais Escriturais	jun/25	Aumento DI	60.092	61.753	(1.911)	(2.670)	(3.802)
Debêntures (3ª Emissão)	dez/27	Aumento IPCA	95.401	111.082	(4.943)	(6.970)	(10.065)

(iii) Análise de sensibilidade de variações taxa de câmbio

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de câmbio, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Ganho/(Perda)				
			31/12/2023		Cenário I	Cenário II	Cenário III
			Accrual	MTM	Adverso Provável	Adverso Provável	Adverso Extremo
Linha de crédito em moeda estrangeira	out/26	Cambio	115.469	79.491	(3.975)	(7.949)	(19.873)
Derivativos	out/26	Cambio	115.469	120.854	3.975	7.949	19.873

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros do Grupo. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração do Grupo revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores distintos a aqueles apresentados anteriormente, resultado da subjetividade no processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

h. Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio resulta das transações de importação de mercadorias e contratação de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira em decorrência de volatilidade da moeda estrangeira, porém, o Grupo mitiga e gerencia este risco por meio da contratação de derivativos financeiros apenas para fins de proteção, buscando neutralizar a volatilidade do câmbio.

i. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

29 Demonstração do fluxo de caixa

A seguir demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa:

Controladora e consolidado

	31/12/2023	31/12/2022
Adições de ativo de direito de uso	(111.894)	(197.684)
Imobilizado - Adições	(3.744)	(3.594)
Imobilizado - Baixas	<u>6.520</u>	<u>19.898</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(109.118)</u>	<u>(181.380)</u>
Adições de passivo de arrendamento	111.894	197.684
Instrumentos financeiros	855	(2.813)
Outros resultados abrangentes	<u>1.661</u>	<u>(5.461)</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos	<u>114.410</u>	<u>189.410</u>

30 Eventos subsequentes

Em 21/02/2024, a Companhia divulgou Fato Relevante no Mercado informando sobre a conclusão de operação de Compra e Venda de Ações entre a empresa CRALA Empreendimentos e Participações Ltda. (“CRALA”) e a Crescera Oba Growth, fundo de investimento que alienou a sua totalidade de participação de ações na Companhia (30%) para os Acionistas Intervenientes. Neste processo não houve mudança no controle acionário, continuando o Sr. Carlos Roberto Alves, como acionista majoritário do Grupo. A empresa CRALA Empreendimentos e Participações Ltda. é uma holding, cuja composição acionária é constituída pelos demais acionistas do Grupo Fatura de Hortifrut S.A. A aquisição da participação da Crescera Oba Growth pela CRALA foi realizada mediante a emissão de uma Nota Comercial no valor equivalente a R\$ 350.000, integralmente subscrita pela Companhia e que será integralizada em até 2 anos e meio, a partir da sua emissão.

Para subscrição dessa nota Comercial, a Companhia contratou as seguintes de linhas de crédito: (a) Debêntures Simples no volume de R\$ 200.000, recebida em 30/01/24, com destinação para o cronograma de vencimentos de dívidas de 2024; (b) CPR (Cédula do Produtor Rural) no volume de R\$ 200.000, desembolsada em 29/01/2024, com destinação para o capital de giro do negócio e (c) 4131 protegida no volume de R\$ 125.000, recebida em 21/02/2024, com destinação para o capital de giro do negócio.

Todas as linhas contratadas são de longo prazo, com vigência de 6 anos e carência de 3 anos, não comprometendo a liquidez da Companhia no curto prazo e mantendo os parâmetros e covenants das obrigações vigentes sobre alavancagem, que tem boa margem de segurança em relação ao cenário da operação atual da Companhia.

* * *

Alex Alves dos Santos Brito
Presidente

Alexandre Otomo de Almeida
Diretor Financeiro

Pedro Henrique Barboza
Diretor de Controladoria

Fernanda Nave Catanio
Contadora
CRC: SP-295308/O-0